



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LIDYA NÁGYLLA DE ALMEIDA SILVA

POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA EM
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

FORTALEZA

2024

LIDYA NÁGYLLA DE ALMEIDA SILVA

**POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA EM
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (PPGCI-UFC) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento. Linha de pesquisa: Representação da Informação e do Conhecimento e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Heliomar Cavati Sobrinho.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S581p

Silva, Lidya Nágylla de Almeida.

Política De Indexação E Linguagem Documentária em universidades federais brasileiras /
Lidya Nágylla de Almeida Silva. – 2024.
95 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa
de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Heliomar Cavati Sobrinho.

1. Política de indexação. 2. Linguagens documentárias. 3. Repositório
Institucional. 4. Cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação nas UFs. I.
Título.

CDD 020

LIDYA NÁGYLLA DE ALMEIDA SILVA

**POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA EM
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (PPGCI-UFC) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Área de concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento. Linha de pesquisa: Representação da Informação e do Conhecimento e Tecnologia.

Aprovada em: 26/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heliomar Cavati Sobrinho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

À minha família,
especialmente à minha avó, Lindalva,
e à minha bisavó, Maria Luiza (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Universo pela vida e pelas oportunidades.

À Universidade Federal do Ceará por todo o apoio, estrutura e oportunidades que me foram ofertadas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, e registro meus agradecimentos pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao PPGCI e a todas e todos que fazem parte do Programa. Um agradecimento especial à Veruska, por ser sempre tão incrível, solícita e acolhedora! Ao Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes, ao Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa e à Profa. Dra. Maria Giovanna Guedes Farias, com os quais tive a oportunidade de cursar disciplinas, pela oportunidade de aprendizado. Agradeço, também, à Dona Cris, sempre atenciosa e gentil conosco.

Ao Prof. Dr. Heliomar Cavati Sobrinho, pela excelente orientação e apoio, sempre fraternal, paciente e compreensivo. Agradeço por sempre acreditar em mim e me incentivar a seguir em frente, desde a graduação. Agradeço pelos ensinamentos que vão para além da pesquisa teórica, mas também para a prática acadêmica e para a vida.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa e Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes, por aceitarem o convite, pelo tempo dedicado, pelas valiosas colaborações e sugestões.

À Profa. Dra. Gabriela Farias, por sempre me trazer luz com, até mesmo, uma simples palavra ou conselho. Ao Prof. Dr. Arnaldo Nunes, pela escuta, pelo apoio e pela paciência, sempre com leveza.

Às colegas da turma de mestrado, Ariadna e Mariana, pelas conversas, reflexões, incentivo e apoio. À Lea, por todo o carinho e apoio durante o estágio e na reta final.

À minha família, por ser minha rede de apoio em tudo o que preciso, por acreditar em mim e me dar força para continuar acreditando que consigo.

Ao Davi, por toda a paciência, pelo carinho e pelo imenso cuidado que teve comigo nesse processo, especialmente nos momentos mais difíceis. Obrigada por tanto!

Ao Escobar, a quem tenho grande admiração, pelo apoio e pela paciência quando muito precisei.

Agradeço à Larissa e Rami, que estiveram próximos na reta final e me deram energia para continuar. E agradeço, mais uma vez, à Aryadna, não enquanto colega de curso,

mas enquanto amiga: *obrigada por ser aquela que sempre me traz o fio de ouro que me leva ao caminho de volta.*

Registro também o meu agradecimento ao psicólogo e à psicopedagoga que me acompanharam nesse processo e que foi (e tem sido) fundamental em todos os âmbitos da minha vida.

A todos, agradeço por não terem desistido de mim.

Nada se realiza aos saltos [...]. As mais famosas páginas foram produzidas, letra a letra. A cidade mais rica é edificada, palmo a palmo. [...] Há ensejo favorável à realização? Age com regularidade, de alma voltada para a meta. Há percalços e lutas, espinhos e pedrouços na senda? Prossegue mesmo assim. O tempo, implacável dominador de civilizações e homens, marcha apenas com sessenta minutos por hora, mas nunca se detém. Guardemos a lição e caminhemos para diante, com a melhoria de nós mesmos. Devagar, mas sempre (Emmanuel [espírito], 2017, p. 139-140).

RESUMO

No campo da Ciência da Informação, especialmente na área de Representação da Informação e do Conhecimento, é de suma importância que a produção científica seja representada e organizada devidamente. Após identificar que o Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal do Ceará (UFC) não possui uma Linguagem Documentária (LD) nem uma Política de Indexação (PI) própria, surgiu o questionamento se esse era um fenômeno isolado ou se era recorrente dentre as Universidades Federais (UFs) do Brasil, especialmente dentre as que possuem graduação e pós-graduação em Biblioteconomia e em Ciência da Informação. Desse modo, para tal investigação, tem-se como objetivo geral pesquisar a relação entre a existência dos cursos de Biblioteconomia e de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação e a existência, ou não, de Política de Indexação e de Linguagens Documentárias nas Universidades Federais do Brasil. Para alcançar o objetivo supracitado, foram delineados os objetivos específicos a seguir: 1) averiguar se as Universidades Federais (UFs) possuem Políticas de Indexação e Linguagens Documentárias que contemplem o Sistema de Bibliotecas e o Repositório Institucional; 2) examinar se as UFs possuem graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em Ciência da Informação. Almeja-se alcançar, de acordo com Cintra (2002), um aprofundamento no nível de conhecimento da área supracitada, enfatizando o conhecimento científico produzido pela Universidade. Como resultado, a partir da coleta realizada, foi identificado que somente 25 UFs (36% da amostra), de 69, possuem graduação em Biblioteconomia e que somente 7 (10%) dessas possuem uma Política de Indexação. Apesar de que 2 UFs (3% da amostra) possuem PI mesmo sem o curso de graduação em Biblioteconomia, observou-se também que a existência de PIs está concentrada nas UFs que possuem o curso supracitado, mas ainda em menor quantidade. Diante disso, conclui-se que mesmo havendo relação entre a existência dos cursos e a criação de uma PI / LD para as UFs, esse não se apresenta como fator preponderante e imprescindível. Diante disso, recomenda-se a criação de um pacto federativo de criação e elaboração de pesquisas na área de Representação do Conhecimento. Reforça-se que a implementação de uma PI e de uma LD são de suma importância para otimizar a representação e a recuperação da informação depositada nos RIs.

Palavras-chave: política de indexação; linguagens documentárias; repositório institucional; cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação nas UFs.

ABSTRACT

In the scope of Information Science, especially in the area of Information and Knowledge Representation, it is of the utmost importance that scientific production is properly represented and organized. After identifying that the Institutional Repository of the Federal University of Ceará does not have its own Indexing Language or Indexing Policy, the question arose as to whether this was an isolated phenomenon or whether it was recurrent among the Federal Universities of Brazil, especially among those with undergraduate and postgraduate degrees in Library Science and Information Science. The general objective of this research is to investigate the relationship between the existence of Library Science and Master's and Doctoral programmes in Information Science and the existence, or not, of Indexing Policies and Indexing Languages at Federal Universities in Brazil. In order to achieve the above-mentioned objective, the following specific objectives were outlined: 1) to find out whether the Federal Universities have Indexing Policies and Indexing Languages that include the Library System and the Institutional Repository; 2) to examine whether the Federal Universities have undergraduate degrees in Library Science and postgraduate degrees in Information Science. According to Cintra (2002), the aim is to deepen the level of knowledge in the aforementioned area, emphasizing the scientific knowledge produced by Universities. As a result of the data collected, it was identified that only 25 Federal Universities (36% the sample), of a total 69, have a degree in Library Science and that only 7 (10%) of these have an Indexing Policy. Despite the fact that 2 Federal Universities (3% of the sample) have Indexing Policies even without a degree course in Library Science, it was also observed that the existence of Federal Universities is concentrated in the Federal Universities that have the Library Science course, but still in smaller numbers. Thus, it can be concluded that even if there is a relationship between the existence of courses and the creation of an Indexing Policy or Indexing Language for the Federal Universities, this is not a preponderant and indispensable factor. It is recommended a federal pact for the creation and development of research in the area of Knowledge Representation. It should be emphasised that the implementation of an Indexing Policy and an Indexing Language is of the utmost importance in order to optimise the representation and retrieval of information deposited in Institutional Repositories.

Keywords: indexing policy. indexing languages. institutional repository. Library and Information Science courses at the UFs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Ciclo da Informação	41
Figura 2 – Conhecimento autêntico e Linguagem Documentária	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Universidades Federais com Política de Indexação e Linguagem Documentária	51
Gráfico 2 –	Graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em CI na Região Centro-Oeste	53
Gráfico 3 –	Graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em CI na Região Nordeste	54
Gráfico 4 –	Graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em CI na Região Norte.	54
Gráfico 5 –	Graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em CI na Região Sudeste	55
Gráfico 6 –	Graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em CI na Região Sul ...	55
Gráfico 7 –	Universidades Federais que possuem, ou não, o curso de graduação em Biblioteconomia	56
Gráfico 8 –	UFs que possuem graduação, PI e LD	57
Gráfico 9 –	Relação de coexistência entre UFs que possuem o curso de Biblioteconomia e Política de Indexação	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Lista de Universidades Federais do Brasil	48
Quadro 2 –	Verificação da existência de Políticas de Indexação nas UFs	49
Quadro 3 –	Verificação da existência dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação nas UFs	52
Quadro 4 –	Modelo de Linguagem Documentária	59
Quadro 5 –	Exemplo dos termos no software TemaTres	59

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	20
2.1	Organização e Representação: outros aspectos	24
2.1.1	<i>A Biblioteconomia e a Ciência da Informação: aspectos da organização e representação do conhecimento</i>	25
2.1.2	<i>A Universidades e o contexto da organização e representação do conhecimento ..</i>	28
2.1.3	<i>Organização e representação em Repositórios Institucionais</i>	31
3	REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	35
3.1	Repositório Institucional da UFC	35
3.2	Política de Indexação	37
3.3	Linguagens Documentárias	40
4	METODOLOGIA	45
5	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	48
5.1	Pesquisa e coleta de dados a respeito da existência de Políticas de Indexação e de Linguagens Documentárias nas UFs do Brasil	48
5.2	Pesquisa e coleta de dados a respeito da existência do curso de graduação em Biblioteconomia e de pós-graduação em Ciência da Informação nas UFs do Brasil	52
5.3	Modelo de Linguagem Documentária para o Repositório Institucional da UFC	58
5.4	Limitações da pesquisa	58
6	CONCLUSÃO	61
	REFERÊNCIAS	65
	APÊNDICE A – LISTA DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL	70
	APÊNDICE B – Ufs QUE POSSUEM POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E/OU REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	72
	APÊNDICE C – Ufs QUE POSSUEM O CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	76
	APÊNDICE D – APRESENTAÇÃO DO TESAURO NO TEMATRES	78

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado, cada vez mais conectado pela internet e pelas redes sociais, as pessoas têm cada vez mais acesso aos meios de comunicação e de publicação de conteúdo, nos quais passam de espectadores a criadores, seja nas redes sociais ou no meio acadêmico/científico. Assim, deve-se ter atenção à responsabilidade do que é dito e do que é divulgado, à procedência das informações que são tomadas como verdade e à coerência entre o que é dito e quem o diz. Trazendo esta reflexão do âmbito mais geral/social para o âmbito das Linguagens Documentárias, Cintra *et al.* (2002) nos faz o seguinte questionamento:

Num mundo em que, ao que parece, o homem ‘não diz’, apenas ‘é dito’ pelas palavras; em que se tem predominantemente ‘a voz do dono’ e não o homem como ‘dono da voz’; em que os discursos de máscara¹ circulam como mercadorias de maior valor, como trabalhar a LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA? Afinal, ela pressupõe [...] a importância da divulgação da *informação*, para que o homem assuma sua própria voz [...] (Cintra *et al.*, 2002, p. 11).

O questionamento de Cintra *et al.* (2002) sempre esteve atualizado e pertinente devido ao aumento considerável de pessoas com acesso à internet e de publicações, sejam científicas ou não, que carecem de uma organização, uma representação e uma verificação adequadas. Atualmente, com a Pandemia de Covid-19 iniciada em 2019, e, conseqüentemente, com a crise sanitária sofrida por todo o mundo, e, especificamente, pelo Brasil, pudemos observar que houve uma intensificação e uma supervalorização de publicações “de máscara”, ou seja, *fake news*.

As *fake news*, “de maneira literal, significam notícias falsas, possuindo um caráter deliberadamente fraudulento, cuja falsidade pode ser verificada, e, além disso, imitam uma fonte noticiosa legítima para aparentar credibilidade” (Allcott; Gentzkow, 2017 *apud* Melo *et al.*, 2021, p. 5), não possuindo nenhuma comprovação científica, especialmente na área da Saúde, e, muitas vezes, utilizando-se de apelos emocionais e baseados em crenças.

Diante dessa observação, compreende-se que as *fake news* ganham força e causam impacto devido ao fenômeno da pós-verdade, “em que fatos objetivos possuem menos influência na modelagem da opinião pública do que apenas emocionais e crenças pessoais” (Araújo, 2018, p. 45), em que “emoções como entusiasmo, desconfiança exacerbada e medo

¹ Diante do contexto da Pandemia de Covid-19 recém vivida, vale ressaltar que entende-se que a palavra “máscara” está sendo utilizada no sentido figurado, em que representa algo que oculta ou distorce algo, que, nesse caso, é a verdade do discurso.

fortalecem crenças pré-existent e incitam muitos sujeitos a terem uma visão romântica de processos políticos e sociais complexos” (D’ancona, 2018 *apud* Melo et al., 2021, p. 6), tendo em vista que esses processos, tratados com a devida racionalidade, geralmente vão de encontro à crenças pessoais e exigem um nível mais aprofundado de análise.

A respeito do âmbito científico, tal ocorrido causou consequências negativas para toda a ciência, como confusão de informações, descrença e desvalorização da ciência e de seus profissionais e, especificamente, para a área da Saúde causou dificuldade de orientar a população e de convencê-la das informações corretas capazes de reduzir os danos causados pela pandemia. O que está diretamente relacionado com o conceito de pós-verdade, como ressalta Araújo (2018), tendo em vista que

[...] hoje, com as novas tecnologias e a internet, as pessoas possuem muito mais condições de checar a veracidade dos fatos apresentados na mídia ou nas redes sociais – elas podem, mas não querem, não têm interesse em fazer isso. É esse desinteresse pela verdade, o apego a preconceitos e fundamentalismos por parte de um grande contingente de pessoas que marca o fenômeno da pós-verdade, um elemento fundamental para se entender a realidade informacional contemporânea (Araújo, 2018, p. 45).

Diante desse cenário “[...] parece indiscutível que a *informação* cumpre papel decisivo na mudança dos destinos da humanidade, uma vez que ela está, diretamente, ligada ao conhecimento e ao desenvolvimento de cada uma das áreas do saber [...]” (Cintra *et al.*, 2002, p. 20).

A falta de acesso às informações científicas/verificadas somada à falta de uma organização e de uma representação adequadas dessas informações/publicações retarda não só a educação e a conscientização da população, estejamos ou não em uma crise sanitária, mas retarda também o desenvolvimento da ciência, tendo em vista que a pesquisa científica cresce exponencialmente e, citando Cintra *et al.* (2002, p. 11), “ninguém ousaria pensar que é possível conhecer toda a produção de uma determinada área do saber. Mas é necessário, pelo menos, ter acesso a seus avanços. E partir deles na construção do novo conhecimento. Eis aí [...] a LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA”.

Partindo do contexto social para o contexto acadêmico, podemos reforçar o que vem sendo apresentado a partir de uma constatação realizada por Fujita *et al.* (2016, p.16), pontualmente sobre a temática abordada, a saber

No contexto interdisciplinar de bibliotecas universitárias, investigações anteriores (Fujita; Rubi; Boccato, 2009; Fujita; Boccato; Rubi, 2011) indicam mudanças significativas no comportamento informacional de acesso e uso do catálogo por

usuários que solicitam recuperação por assuntos com mais especificidade, compatibilidade com sua linguagem de busca e disponibilidade de mecanismos de interação.

Diante disso, ressaltamos a importância da Representação da Informação e do Conhecimento, pois, reforçando o que foi dito por Cintra *et al.* (2002), a informação tem um papel fundamental no desenvolvimento da humanidade e das sociedades e, por isso, precisa estar devidamente organizada e representada por uma Linguagem Documentária orientada por uma Política de Indexação.

Assim, foi observado que o Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (RI/UFC) não possui uma Política de Indexação específica nem uma Linguagem Documentária (LD) para a representação e padronização dos conteúdos das publicações que são ali inseridas/disponibilizadas, tendo em vista que a Política de Indexação do Sistema de Bibliotecas da UFC é destinada somente ao acervo físico e digital que está incluso no sistema Pergamum, não incluindo o RI, pois, de acordo com a supracitada Política de Indexação do Sistema, “foram levados em consideração o processo de indexação nas bibliotecas do Sistema e os recursos de pesquisa disponibilizados no catálogo online (sistema Pergamum), em nível institucional” (Universidade Federal do Ceará, 2021, p. 9).

Vê-se, assim, uma lacuna que precisa ser investigada, tendo em vista que a ausência de uma Política de Indexação e de uma LD em um Repositório de tamanho porte pode dificultar a recuperação da informação, sobretudo porque o autoarquivamento, característica dos Repositórios Digitais, feito por tantos autores/pesquisadores sem que haja uma padronização, deixa espaço para possíveis ambiguidades e ruídos, diminuindo a visibilidade das publicações e, por consequência, dos autores, do Repositório e da Universidade.

Essa lacuna deu origem à proposta inicial desta pesquisa, tendo como objetivo principal propor uma Política de Indexação para o Repositório Institucional da UFC e como objetivos específicos: 1) investigar as Políticas de Indexação para os Repositórios Institucionais das Universidades Federais brasileiras; 2) analisar as Políticas de Indexação encontradas nas UFs brasileiras; e 3) analisar a Política de Indexação do Sistema de Bibliotecas da UFC para o seu Repositório Institucional.

No entanto, durante o processo de pesquisa e de reflexões com o Professor Orientador acerca da problemática supracitada, surgiu o questionamento sobre este fenômeno – UFs que possuem graduação e pós-graduação na área de Ciência da Informação não possuem uma Política de Indexação nem uma Linguagem Documentária -, ser ou não ser isolado, podendo ser, no caso da UFC, uma exceção ou algo recorrente em outras UFs. Isso que

fez com que os objetivos citados anteriormente fossem reformulados para adequar a pesquisa de acordo com a nova problemática, gerando, desse modo, novos objetivos, que serão descritos a seguir.

Desse modo, destaca-se, assim, a problemática supracitada, que serve como pano de fundo para contextualizar as inquietações oriundas desta pesquisa, originando a proposta norteadora para a mesma: há relação entre a existência dos cursos de Biblioteconomia e de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação e a existência, ou não, de Política de Indexação e de Linguagens Documentárias nas Universidades Federais do Brasil?

Pretende-se que a realização desta pesquisa possa contribuir com a pesquisa científica na área de Ciência da Informação, com ênfase em Representação da Informação e do Conhecimento, Políticas de Indexação e em Linguagens Documentárias; com o trabalho do Sistema de Bibliotecas das UFs, por meio da elaboração e proposição de uma Política de Indexação e de uma Linguagem Documentária para o Repositório Institucional das UFs do Brasil; e com a comunidade acadêmica por meio da otimização da representação das suas publicações.

Para isso, tem-se como objetivo geral investigar a relação entre a existência dos cursos de Biblioteconomia e de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação e a existência, ou não, de Política de Indexação e de Linguagens Documentárias nas Universidades Federais do Brasil; e como objetivos específicos:

- Objetivo específico 1: averiguar se as UFs possuem Políticas de Indexação e Linguagens Documentárias que contemplem o Sistema de Bibliotecas e o Repositório Institucional;
- Objetivo específico 2: examinar se as UFs possuem graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em Ciência da Informação.

Escolheu-se pesquisar as Universidades Federais pois, além do apreço pessoal por estas, há o interesse na elaboração de uma pesquisa que gere impacto científico e retorno para a Instituição que possibilitou a realização da mesma, para seus Sistemas de Bibliotecas e, consequentemente, para a comunidade acadêmica/sociedade.

Averiguar se existem Políticas de Indexação nos Sistemas de Bibliotecas das UFs é motivado pelo interesse em conhecer a situação em que cada UF se encontra com relação à implementação e uso de ferramentas básicas e necessárias para a construção do conhecimento e para o funcionamento otimizado dos Sistemas de Recuperação da Informação. Além disso,

examinar se existem cursos de graduação em Biblioteconomia e de Pós-Graduação em Ciência da Informação nas mesmas também traz um panorama da relação Curso-Biblioteca e sua possível influência científica/teórica nas decisões e aplicações práticas.

Ante o exposto, esta pesquisa se subdivide em 6 seções, a saber: 1) introdução, na qual é feito um apanhado geral da temática da pesquisa, incluindo seus objetivos e justificativa; 2) seção de referencial teórico sobre Organização e Representação do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação, no qual são citados/as autores/as de referência nesta temática, por exemplo: Araújo (2018), Fujita (2008), Cintra *et al.* (2002), Cavati Sobrinho, Silva e Porto (2019), Cavati Sobrinho (2014), Cervantes (2009); 3) seção de referencial teórico sobre Repositórios Institucionais e Política de Indexação, no qual são citados/as autores/as como Carneiro (1985), Capurro e Hjørland (2007), Leite (2009); 4) seção de descrição do percurso metodológico; 5) seção de descrição da coleta de dados, bem como sua análise; e 6) seção de conclusão; além das referências e dos apêndices para consulta ao final do texto.

2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Esta seção assim se apresenta porque é dela que extrairemos as bases analíticas para compreender a importância da Política de Indexação e Linguagens Documentárias em Universidades Brasileiras, título desta dissertação. Nesse sentido, algumas pontuações sobre A Ciência da Informação (CI) e seus fazeres envidados para esses fins de organização, representação e difusão de informação e de conhecimento. Não serão tratadas aqui todas as nuances desses fazeres, senão os aspectos mais diretamente relacionados às Políticas de Indexação presentes no material empírico pesquisado. De modo igual, os aspectos das linguagens documentárias também encontrados.

A CI teve sua consolidação após a Segunda Guerra Mundial, em um momento de extrema competitividade, em que, como explica Araújo (2018), obter uma informação com precisão e com rapidez se tornou imprescindível, não só pelo desenvolvimento científico em si, mas também por questões políticas e estratégicas, tendo em vista que quem obtivesse informações mais rápido poderia tomar decisões mais rápidas e com mais vantagens.

Considerando essa informação como *discurso* (Foucault, 1999), como um conhecimento que se obtém, possuir uma informação especial ou ter autoridade a respeito de um determinado assunto se tornou algo muito valioso, pois além de conferir muito poder político e/ou científico ao seu detentor, ela se torna peça fundamental enquanto recurso de estratégia de desenvolvimento político, científico, social, militar e, principalmente, de estratégias de dominação social (Foucault, 1999).

Dessa forma, especificamente no âmbito científico, Araújo (2018) relata que a

informação passou a ser entendida, assim, como um recurso, uma condição de produtividade. Cientistas precisavam de informação com rapidez, com qualidade, com exatidão. Gastava-se tempo precioso na busca de informação, ou tinha-se desperdício de tempo na obtenção de informação irrelevante ou de baixa qualidade. Mais ainda, atraso na produção por não se ter acesso à informação adequada ou relevante em determinado momento (Araújo, 2018, p. 18).

O reconhecimento da informação como recurso estratégico faz com que se desenvolva uma competição pela sua obtenção cada vez mais rápida, em que essa velocidade vem sendo superada a cada avanço tecnológico e científico, “onde o novo é instável e está na iminência de ser superado pelo novíssimo” (Aranalde, 2005, p. 340), onde uma cultura digital começa a se instaurar, “uma cultura do efêmero, uma cultura de cada decisão estratégica, uma

colcha de retalhos de experiências e interesses, em vez de uma carta de direitos e obrigações” (Castells, 1999, p. 217 *apud* Aranalde, 2005, p. 341).

Observa-se que, nesta cultura, a priorização dos interesses individuais em detrimento das regras e da ética pode tornar as decisões estratégicas mais suscetíveis às inclinações daqueles que forem detentores de informações relevantes, corroborando o ponto de vista Foucaultiano (1999) acerca do discurso e do desejo pela sua posse.

Diante dessa transformação tecnológica, cultural e social, as informações surgem e circulam com muito mais velocidade do que antes e obtém um alcance cada vez maior na sociedade, desenvolvendo, assim, a sociedade de informação.

De acordo com Castells (1999 *apud* Aranalde, 2005, p. 339), “a base material da sociedade de informação constitui-se a partir da penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias que molda, embora não determine, os processos existenciais e de um sistema altamente integrado, baseado na rapidez e na flexibilidade.”

Essa transformação tem possibilitado a democratização do acesso à informação, mas também tem interferido na construção do caráter humano e em seus princípios éticos no momento em que os interesses pessoais se tornam prioridade diante de decisões de cunho social ou político. Dessa forma, “a rapidez se torna argumento de autoridade que funda um mundo sem lei, onde a coisa política está abolida” (Mattelart, 2002, p. 172-4 *apud* Aranalde, 2005, p. 342).

Com a ciência não é diferente, pois a produção científica também acompanha essa transformação e também é atingida pelas suas consequências. Segundo Aranalde (2005, p. 357) “o impacto das novas tecnologias provocou uma reconfiguração social que acabou se refletindo na maioria das profissões, mas principalmente no que diz respeito à atuação dos profissionais que trabalham com informações”.

Desse modo, visto que a informação aqui tratada é aquela produzida pela Ciência — e não aquela que surge em conversas informais ou frutos de fake news, por exemplo —, tem-se a necessidade de uma supervisão ética e profissional, demandando maior atenção da Ciência da Informação. Diante disso, citando Araújo (2018, p. 24), surge

em primeiro lugar, uma preocupação não com a custódia e a posse de documentos, mas com a sua circulação, sua disseminação, a promoção de seu uso da maneira mais produtiva possível. Depois, o foco não propriamente nos documentos (registro físico) mas em seu conteúdo objetivo ou, dito de outro modo, na informação contida nos documentos (McGarry, 1994; Rubin, 1998 *apud* Araújo, 2018, p. 24).

De acordo com Borko (1968 *apud* Cervantes, 2009, p. 13), a Ciência da Informação é “a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a otimização do acesso e uso”.

Assim, a CI obteve, já em seu surgimento, vários campos de estudo, porém essa preocupação com a produção científica “[...] levou inclusive a uma compreensão, bastante difundida na época, de que a Ciência da Informação seria, na verdade, a ciência da informação científica” (Araújo, 2018, p. 25).

No entanto, esse é somente um dos seus campos de estudo, em que o foco se dá nos serviços e sistemas de informação, por exemplo, visando auxiliar o fluxo da informação científica. Inclusive, Capurro e Hjørland (2007, p. 194) chamam atenção para o fato de que

a medida que os sistemas de informação tornam-se mais globais e interconectados, a informação implícita é, muitas vezes, perdida. Esta situação desafia a CI a ser mais receptiva aos impactos sociais e culturais dos processos interpretativos e, também, às diferenças qualitativas entre diferentes contextos e mídias. Esta mudança significa a inclusão dos processos interpretativos como uma condição *sine qua non* dos processos de informação (Capurro; Hjørland, 2007, p. 194).

“Um segundo campo de estudos consiste nas pesquisas em representação e recuperação da informação” (Araújo, 2018, p. 26), que tem como foco as linguagens controladas e os sistemas de classificação, a fim de melhor representar e recuperar as informações e é o campo de estudos no qual esta pesquisa se faz pertinente. Sua estabilização se deu com a “[...] criação, em 1989, da ISKO (Information Society for Knowledge Organization), que congregou pesquisadores dedicados a essa temática e passou a organizar eventos e publicações. A partir daí, deu-se também a denominação da área como **organização do conhecimento**” (Araújo, 2018, p. 39).

Outros campos de estudo da CI, citados por Araújo (2018), são: os estudos dos usuários da informação, que têm seu foco nos hábitos informacionais e padrões de comportamento dos usuários; a gestão da informação, voltada para recursos organizacionais e administrativos em empresas; a economia política da informação, que tem como propósito a disseminação da informação, reduzindo a desigualdade informacional entre os países; e os estudos métricos da informação, que utilizam “a aplicação de técnicas estatísticas para a contagem e estabelecimento de padrões de regularidade em itens informacionais” (Araújo, 2018, p. 28).

Focalizando na área de Organização e Representação do Conhecimento, temos que, Hjørland (2003, p. 87-88 *apud* Cavati Sobrinho, 2014, p. 30) afirma que a Organização do Conhecimento é a ““organização da informação em registros bibliográficos”, sendo o conhecimento organizado por ‘linguagens e sistemas simbólicos’, dentre outras técnicas e instrumentos”.

De acordo com Fujita (2008), tem-se o Conhecimento como objeto e “suas atividades principais em torno desse objeto, são a Organização e a Representação” (Fujita, 2008, p. 6), que produzem instrumentos de organização e de representação do conhecimento, como as Linguagens Documentárias (LDs). “Essas linguagens são, pois, construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos, destinadas a ‘traduzir’ os conteúdos dos documentos” (Cintra *et al.*, 2002, p. 33).

Os sistemas de símbolos supracitados são compostos “do vocabulário controlado e da sintaxe, correspondendo o primeiro ao conjunto de termos e às regras próprias de utilização, sendo a sintaxe a combinação lógica entre os termos” (Cavati Sobrinho, 2014, p. 32 citando Fujita, 2005).

Lucas (2014, p. 34), corroborando a ideia de Cintra *et al.* (2002) e de Fujita (2008), afirma que as LDs

são instrumentos por meio dos quais se realiza a mediação entre sistemas ou conjuntos informacionais e usuários, e que são utilizados para organizar a informação: classificar, indexar, e representar ‘conteúdos semânticos’ de obras para que elas possam ser mais facilmente recuperadas.

As LDs surgiram, ainda, em um contexto de guerra e de explosão informacional, junto do surgimento da própria Ciência da Informação, no momento em que a demanda informacional era altíssima e não havia um gerenciamento adequado (Sá, 2019, p. 51). Assim como o seu surgimento, as LDs também se detêm ao mesmo objeto que a Ciência da Informação, pois se com a CI “o foco não [está] propriamente nos documentos (registro físico) mas em seu conteúdo objetivo ou, dito de outro modo, na informação contida nos documentos” (Araújo, 2018, p. 24), com as LDs não é diferente, pois seu foco não está no documento em si, mas, sim, na informação ali contida e na sua representação.

Para Weizsäcker (1974 *apud* Capurro; Hjørland, 2007, p. 164) “a informação significa, no nível humano, o conceito, não o processo de pensamento em si. Para que um conceito seja informação, duas condições são necessárias, a saber: deve ser uma entidade linguística e deve ser unívoco”, para que, desse modo, possa ser compreendida, comunicada e representada.

Martins (2019) reforça que

A representação de conceitos em linguagem documentária tem um papel fundamental nos estudos da Ciência da informação. Os documentalistas trabalham com as linguagens documentárias que resultam como insumo significativo, cuja terminologia tem aplicabilidade com a linguística para representar a informação (Martins, 2019, p. 39).

De acordo com Weizsäcker (1974 *apud* Capurro; Hjørland, 2007, p. 164) “um movimento circular entre linguagem e informação funciona como uma pré-condição do pensamento científico”. Capurro (2000 *apud* Capurro; Hjørland, 2007, p. 173) afirma que “o conceito moderno de informação como comunicação de conhecimento, não está relacionado apenas à visão secular de mensagens e mensageiros, mas inclui também uma visão moderna de conhecimento empírico compartilhado por uma comunidade (científica)”.

Sobre a falta de gerenciamento supracitada (Sá, 2019), observa-se que as publicações feitas por Norbert Wainer e Vannevar Bush, que chamavam a atenção para essas problemáticas e propunham soluções para a necessidade de viabilizar o acesso à informação, impulsionaram a criação de estratégias e de ferramentas para a recuperação e disseminação da informação, como as Linguagens Documentárias.

Para Aranalde (2005, p. 340), citando Pierre Lévy (1993), a linguagem “é condição e fundamento das informações, é produzida pela cultura e suas formas recaem sobre três categorias denominadas ‘tecnologias intelectuais’ (p. 75): a oralidade, a escrita e a informática”, na qual a informática, “identificada com a cultura dominante da sociedade de informação, permite que as informações sejam codificadas, alocadas virtualmente, circulem numa estrutura de rede e tenham sua disseminação e recuperação de forma imediata”, incluindo, assim, a esta categoria, as Linguagens Documentárias (LDs) e os Repositórios Institucionais (RIs) – que serão abordados, definidos e conceituados mais adiante. Antes, achamos por bem direcionar alguns aspectos, dos muitos que existem no contexto da organização e representação do conhecimento, para o nosso objeto de pesquisa, de modo que possamos contemplar teoricamente as benesses dessas ações no contexto da Biblioteconomia, das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), aqui denominadas de universidades federais e seus repositórios, para, em seguida, analisarmos outros aspectos da organização e representação do conhecimento na relação entre as IFES e os Cursos de Biblioteconomia.

2.1 Organização e Representação: outros aspectos

Sendo a informação uma das molas propulsoras para a ciência, seu tratamento, organização e representação do conhecimento se mostram cada vez mais integrados às

especificidades das dinâmicas das ciências no mundo atual. Em outras palavras, as ações para esse fim precisam estar em sintonia com a produção científica advinda das pesquisas nas universidades, atentas aos seus modos de produção e circulação de ciência e em sintonia com os resultados esperados dessa produção, adaptados às suas circulações e voltados a recepções que sejam eficazes. Nesse sentido, realçamos aqui alguns aspectos de caráter geral para subsidiar os aspectos específicos mais ligados à nossa pesquisa.

2.1.1 A Biblioteconomia e a Ciência da Informação: aspectos da organização e representação do conhecimento

A política de indexação em organização e representação da informação é tida como essencial ao diálogo das unidades de informação com as sociedades. Um diálogo que contempla os laços sociais que urdiram as culturas, os conhecimentos e, por via de consequência, os processos de construção, produção e difusão de ciência. Essas condições realçam o caráter social da informação e as formas sociais com que a Ciência da Informação (CI) lida com os fenômenos informacionais. Fujita e Santos trazem Hjørland para o debate.

Hjørland (2003) entende que, em Biblioteconomia e Ciência da Informação, a organização do conhecimento assume o significado de organização da informação contida em registros bibliográficos, quais sejam textos completos, índices de citação ou *Internet* (Fujita, Santos, 2016c, p. 60).

Segundo o autor, para que isso “se cumpra, constroem-se métodos e técnicas para o tratamento da informação, tais como a representação, a classificação e a indexação”. Assim, o que antes parecia ser apenas uma das atribuições da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em seus trabalhos técnicos de organização e tratamento da informação, no mundo atual ganhou outros contornos, porquanto se voltam à otimização e qualificação da difusão de informação para o conhecimento e deste para a ciência, notadamente a ciência aberta, como abordaremos mais adiante. Parafraseando Lancaster, os autores Gomes e Lima realçam a indexação nesse contexto:

A indexação, entendida como processo de análise documentária, ao longo da história, tem se constituído como área de pesquisa da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI)¹ de domínio quase exclusivo da profissão de bibliotecário. Todavia, nas últimas décadas, cuja recuperação eficiente e eficaz da informação é de interesse global, diversas áreas do conhecimento têm se apropriado de tal processo (Gomes, Lima, 2021, p.211).

O interesse global realçado acima se refere ao papel da indexação na eficácia da recuperação da informação e seu uso em diferentes finalidades. Os autores trazem em suas abordagens teóricas a relação de interdependência entre “os processos de organização e representação da informação” e a “recuperação da informação”.

A dicotomia busca versus recuperação é precedida de outros processos técnicos como, por exemplo, a indexação, a classificação e/ou a catalogação. As transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX no âmbito da ciência e da tecnologia reforçam o quão a indexação é importante para o desenvolvimento científico e, do mesmo modo, pode interferir no avanço social (Gomes, Lima, 2021, p. 211).

O desenvolvimento científico, pois, é o mote atual desses processos de organização, tratamento, representação e recuperação que azeitam a produção científica, dando a ela possibilidades de atender às demandas atuais da chamada ciência aberta, notadamente no mundo interconexões tecnológicas e digitais.

Os estudos sobre a importância da indexação e técnicas afins e a sua importância para a ciência aberta surgem na literatura especializada com muita frequência. A Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (Riece) vem desenvolvendo estudos com o “objetivo de qualificar científica e tecnologicamente os periódicos brasileiros e de outros países latino-americanos a partir da articulação dos conhecimentos editoriais da equipe, com foco na internacionalização, na indexação e na aderência à ciência aberta”. (Fialho, Nascimento, Costa, 2024).

O trabalho acima foi apresentado na 15ª Conferência Lusófona de Ciência Aberta, realizada de 1 a 4 de outubro de 2024, na cidade do Porto, em Portugal, onde cientistas de todo o mundo, entre eles vários cientistas da informação, discutiram meios e processos de otimizar a difusão da ciência; o papel das universidades e dos seus repositórios nessa empreitada de ciência aberta; de modelos de governança desses processos; do papel dos repositórios universitários, inclusive no Brasil; as tecnologias a serviço dos acessos abertos entre outros assuntos afins, com vários temas relacionados à indexação.

Essas ações se encaixam nos fazeres inaugurais da Ciência da Informação (CI) que, atenta aos fenômenos informacionais, viu desde longe a importância dos processos ligados à informação e suas consequências para o mundo contemporâneo. Não por acaso, Borko (1968) já afirmava em 1968 que a “Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima”,

além de enfatizar seu aspecto transdisciplinar e a natureza “complexa e multidimensional” do seu conceito e aplicações ao mundo atual da informação.

O autor alerta que, a despeito de a CI aparecer tradicionalmente ligada à informação documentária, “o trabalho agora está inserido em um contexto maior”. Ele se refere à complexidade da informação ante suas complexas operações no mundo real, notadamente na produção de conhecimento e as consequentes formas e processos de sua organização, tratamento, representação e difusão. Nesse sentido, aborda a “Ciência da Informação como uma disciplina tem como meta fornecer um *corpus* teórico sobre informação que propiciará a melhoria de várias instituições e procedimentos dedicados à acumulação e transmissão de conhecimento” (Borko, 1968, p. 2).

A “melhoria de várias instituições” se manifesta presente nas atuais demandas das universidades frente à produção e difusão de ciência; na adequação de setores como as unidades de informação, as bibliotecas, os arquivos e afins à organização, tratamento, representação e difusão de informação e conhecimento; nas práticas técnicas, tecnológicas e digitais desses fazeres; na tradução eficiente dos fluxos informacionais para suas especificidades de pesquisa; nas linguagens documentárias adequadas a diversos fins e demandas.

Do mesmo modo, os “procedimentos dedicados à acumulação e transmissão de conhecimento” encontram eco nas atuais diretrizes para fomento à pesquisa e à produção do conhecimento, ocupando bibliotecários e seus sistemas de bibliotecas e unidades de informação em estudos, pesquisas e metodologias aplicadas aos processos de produção, circulação e recuperação de informação, nos mais variados ambientes; sob vários contextos de busca e recuperação; atendendo a demandas cada vez mais sofisticadas, notadamente nesse contexto atual de ciência aberta.

Ainda sobre esses procedimentos, Fujita assim se exemplifica:

A linguagem documentária é o instrumento que faz a diferença na mediação com a linguagem do usuário durante as estratégias de buscas em catálogos online. A qualidade dos serviços de disseminação online da biblioteca depende da linguagem utilizada para a indexação e recuperação porque não é possível a mediação física do bibliotecário, sobretudo quando a busca é por assuntos e exige mais precisão ou revocação com alta especificidade ou exaustividade (Fujita, 2016a, p. 4).

Nesse complexo contexto mediacional se encontram outros aspectos da organização e representação do conhecimento. A política de indexação é uma, pois é dela que nascem os diálogos desse fazer técnico com as demandas de pesquisa do mundo atual. Um diálogo que precisa acontecer a partir de negociações científicas mediacionais consolidem trocas, processo

de negociação vários entre linguagens naturais e documentárias; que potencialize as demandas contemporâneas da ciência produzida pelas universidades, cujos aspectos mais gerais delinearemos na próxima seção.

2.1.2 A Universidades e o contexto da organização e representação do conhecimento

São muitos os estudos sobre organização, tratamento e representação da informação e do conhecimento em universidades. Não sendo este o principal objetivo desta pesquisa, senão contemplar minimamente a quantas andam a relação entre as universidades e suas unidades de informação no contexto desses fazeres, traremos aqui apenas dos aspectos gerais dessas relações, com vistas a ancorar nosso levantamento empírico sobre política de indexação e linguagens documentárias em universidades brasileiras.

Ao armazenar informações em formatos que permitem a recuperação dos aspectos relacionados às características documentais e de conteúdo, os sistemas de informação se configuram como espaços importantes para a sociedade, como apoio à pesquisa e à preservação da memória documental de uma área do saber ou até mesmo de uma instituição (Braz, 2023, p. 1).

A disseminação desses conteúdos registrados dependerá sempre de minuciosas e detalhadas representação e organização da informação, notadamente aquelas que alimentam processo de produção do conhecimento. No caso das universidades, de acervos distintos em tipos e conteúdos e transdisciplinares, o tratamento temático dessas informações devem dialogar com as linguagens documentais e as mais diversas formas com as quais os usuários da informação lidam com elas nos contextos de suas atuações profissionais e espaços de pesquisa.

Nesse sentido, no âmbito extenso de uma política de informação para bibliotecas ou seus sistemas, esse processo de tradução é essencial e disso dependerá o sucesso dos serviços prestados e da inteligibilidade do acervo e de suas linguagens pelos usuários. Braz sugere “a incorporação de políticas de tratamento temático das informações, que seriam incorporadas pelos bibliotecários e técnicos” e “dirimindo possíveis dúvidas e conduzindo melhor o trabalho técnico”. (Braz, 2023, p.2).

O tratamento temático, atrelado às técnicas de organização da informação e do conhecimento, é uma atividade de mediação entre os documentos e os usuários, que

tem como objetivo a recuperação da informação através dos pontos de acesso que descrevem as características dos itens documentais (Braz, 2023, p. 3).

A aparente simplicidade desse processo para bibliotecários, que lidam com isso há muitos anos e cujos processos de atualização se intensificam nos dias atuais, não diminui o fato de essas ações precisarem estar bem detalhadas, caracterizadas e aplicadas às realidades das pesquisas e da ciência atual. Nesse tocante, será sempre uma política de informação voltada para a organização e representação da informação o meio pelo qual os ajustes constantes e necessários possam dialogar com as demandas de informação e produção de conhecimento.

O aparentemente “simples” guarda particularidades e especificidades complexas, o que aviva as preocupações éticas de bibliotecários e dos sistemas de bibliotecas com os quais lidam. Em trabalho recente sobre a ética no tratamento temático da informação, Oliveira (2023) afirma que as competências do profissional do tratamento temático da informação não se restringem ao “como fazer”. “Devem, ao contrário, se estender ao ‘por que’ e ao ‘para que’ fazer” e não apenas designar conteúdos, pois isso pode realçar a cultura informacional do classificador em detrimento daquilo que espera do documento o usuário. Nesse tocante, a autora sugere “que se perceba a função de cada ação representativa e seu impacto no sistema de informação”, alimentado e retroalimentado pelos pesquisadores e suas formas de busca.

Os bibliotecários e técnicos responsáveis pelas etapas de tratamento temático devem estar sempre atentos às políticas estabelecidas na instituição, pois a análise conceitual deve resultar na extração daquilo que o documento representa, preservando a intenção do autor ao passo que escolhem os termos/descriptores adequados para representar o conteúdo, com o intuito de que haja coincidência entre o descritor e o assunto pesquisado pelo usuário (Braz, 2023, p. 4).

São ações mínimas recomendadas por uma política de tratamento temático da informação, cujo processo de construção parta de uma política de informação ampla e que negocie com os atores interessados na busca desses documentos e no acesso a seus conteúdos (cientistas, pesquisadores, estudiosos, usuários em geral) as relações intrínsecas e extrínsecas às linguagens documentárias e suas contrapartidas com as linguagens naturais assentadas nas culturas dos usuários.

Assim, de modo explícito ou implícito no tratamento do assunto na literatura especializada, fica claro o papel que cabe às universidades – públicas e privadas – no tratamento, organização, representação e recuperação da informação. Cabe a elas um processo sistemático de controle informacional, dos seus vocabulários, das suas linguagens, dos termos indexados, da negociação disso tudo com os usuários reais e potenciais, todos contidos num

processo sistemático e de avaliação atualizada dos sistemas de tratamento temático da informação, dentro de um sistema maior de organização e representação da informação, este dentro de outro sistema: o de informação em bibliotecas universitárias.

Fujita *et al* afirmam que “a biblioteca universitária está voltada a fornecer meios de tratamento e disponibilização que auxiliem seus usuários no acesso à informação para propiciar geração e compartilhamento de conhecimento” (Fujita *et al.*, 2019). Como outros autores consultados, estes seguem à risca a necessidade de mediação e estreitamento de diálogos entre os sistemas de bibliotecas, seus acervos e serviços às demandas díspares e complexas de informação. De modo igual o papel institucional das bibliotecas universitárias (BU) no processo de produção, armazenamento, organização, difusão e avaliação de informações, das mais usuais às mais propícias à geração de conhecimento e de ciência. Na relação entre BU e pesquisadores, deve imperar o diálogo mediacional, a parceria entre acervo e sua retroalimentação, a negociação entre sistemas de recuperação da informação, seus usos e usabilidades, fatores indispensáveis à produção de discursos no devir dos processos de construção do conhecimento.

“Para que exista a uniformização dos discursos do autor e do usuário é necessário o uso de uma linguagem de indexação que cumprirá função comutadora e será a responsável por essa ação de intermediação”, sentenciam Fujita e seus interlocutores. (Fujita *et al*, 2019, p.191). As pesquisas e estudos feitas em 2016 e que avaliaram diagnóstico analítico de BU no sul e sudeste brasileiro revelam que elas compartilham de “um modelo padrão de classificação para a uma política de indexação” e seus estágios se encontravam à época: “estágio completo, parcialmente completo e incompleto com deficiências”. Elas apresentaram os seguintes aspectos: o uso limitado de “linguagem natural e linguagem de indexação”; a “utilizam apenas linguagem natural com uso de vocabulário próprio” e uma quantidade mínima de BU (oito de um total de 27 BU pesquisadas) que possui política de indexação completa.

Isso decorre de vários problemas. A não presença de um vocabulário controlado ou sua volatilidade; linguagens de indexação formais e não avaliáveis pelos sistemas de busca e/ou comportamento destas; a não presença de uma política de indexação ou estas sem processos de avaliação e retroalimentação; a falta de critério e princípios norteadores do fazer indexical.

Gil Leiva ainda estende o pensamento sobre a política de modo que esta, determine não apenas o modo como a indexação será realizada, mas também organize o esforço

de consolidar, sistematizar e esclarecer por meio de manuais os processos realizados na indexação, garantindo a formalização (Gil Leiva *apud* Fujita *et al.* p.193).

Para além dessas e de outras determinações, a literatura especializada no assunto mostra que as BU têm uma preocupação formal com a organização e representação da informação e seus afins para um bom entendimento entre elas, seus acervos e serviços, e sua clientela. Na maioria delas, há uma relação explícita entre os conteúdos programados dos cursos de graduação e pós-graduação presentes nos cursos das universidades e na bibliografia básica e complementar sugerida pelas ementas. No entanto, a falta de políticas de informação (num plano geral) e de políticas de indexação (num plano específico) ainda não são capazes de estabelecer vínculos indexicais entre os conteúdos, de modo a facilitar pesquisas com autores cujas pesquisas interdisciplinares possam dialogar no âmbito da busca conceitual ou teórica pretendida pelos usuários.

O assunto rende mais em complexidade e aprofundamento do que esta pesquisa de mestrado poderia dimensionar. Vale, por enquanto, realçar o constante e inviolável dever e desafio de as BU entenderem que as múltiplas e complexas facetas da Organização e Representação do Conhecimento reclamam que esta área seja estudada e acompanhada com resiliência, porquanto o comportamento informacional nas esferas da construção e produção do conhecimento é dinâmico, suas modificações rápidas e suas interoperabilidades são cada vez mais voláteis, a reclamarem reajustes e novos comportamentos das políticas de indexação. Isso é relevante para ancorar sob essas perspectivas teóricas e conceituais as análises da pesquisa empírica deste mestrado.

2.1.3 Organização e representação em Repositórios Institucionais

O aparecimento e sofisticação das tecnologias, suas atualizações constantes e novas ferramentas de uso e usabilidade das ferramentas tecnológicas da informação e comunicação juntam-se às novas demandas da chamada ciência aberta para a otimização da organização e compartilhamento do conhecimento científico. As perspectivas do acesso livre a acervos das Instituições de Ensino Superior fizeram tomar força a otimização dos repositórios institucionais (RI) das universidades.

A eficiente apresentação, organização e disposição dos conteúdos nos RI para a adequada orientação dos sujeitos informacionais torna os RI mais amigáveis, e facilita a navegação e a apropriação dos conteúdos informacionais oferecidos pelos SI. Por essa razão, a construção de ambientes informacionais que preconizam a otimização

da interação dos sujeitos informacionais é um relevante aspecto a ser trabalhado nos RI (Apocalypse; Padua; Jorente, 2021, p. 378).

Em jogo nesse cenário dinâmico de pesquisa e sua necessidade de expansão, difusão e compartilhamento, a contrapartida das universidades em planejar, executar e dar andamento ao “processo de gestão da comunicação científica, à realização de diagnósticos de Sistemas de Informação e de RI” com vistas a que eles “contribuam para otimizar a difusão do conhecimento científico” (Apocalypse, Padua, Jorente, 2021, p. 379).

Segundo os mesmos autores, as primeiras tentativas de criação de RI datam do ano de 1991, nos Estados Unidos e seus desdobramentos vão ao encontro das primeiras propostas de acesso livre a acervos institucionais universitários.

No Brasil, as primeiras iniciativas referentes ao livre acesso despontaram juntamente com as tendências internacionais. Um grande marco referente à implementação dessas políticas foi o lançamento do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, em 13 de setembro de 2005, pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (Apocalypse; Padua; Jorente, 2021, p. 389).

O desdobramento dessas ações encontra na atualidade as marcas do paradigma da ciência aberta, voltada ao acesso e compartilhamento democrático das pesquisas científicas e acadêmicas no âmbito das universidades; a difusão rápida dos resultados de pesquisa em curso; a difusão dos processos de produção científica e a possibilidade de elas receberem parcerias de pesquisa. Essas e outras ações nesse contexto apontam para a necessidade de políticas de organização e representação da informação, como vimos defendendo neste trabalho.

Os Repositórios Institucionais se configuram como sistemas que permitem acesso aberto e gratuito à produção intelectual da comunidade universitária (docentes, discentes e técnicos), colaborando para a preservação e a ampliação do conhecimento científico, bem como para a tomada de decisão em nível universitário por meio de indicadores científicos (Oliveira; Santos, 2024, p. 140).

São acessos que precisam de técnicas de controle para que não haja ruídos entre as demandas de usuários e as formas como os conteúdos foram indexados, com vistas a que as informações e conteúdos científicos circulem livres e sem custo (GALVINO; PEREIRA, 2021) e atenda às demandas diversas, plurais e complexas a que estão sujeitos os acervos de bibliotecas e repositórios de universidades e afins. De modo igual, precisam fazer com que as ferramentas e instrumentos tecnológicos e digitais de armazenamento e de busca sejam de uso

fácil e interativo, diante da sempre crescente presença de acervos digitais e digitalizados, como apresentados abaixo.

Os repositórios digitais são arquivos digitais que reúnem coleções de documentos digitais e se dividem em duas categorias: institucionais e temáticos. Os repositórios institucionais são as coleções de documentos digitais e/ou digitalizados que contam a história das organizações através do que foi produzido por essas organizações, e os temáticos se referem a uma área específica do conhecimento (Weitzel *apud* Galvino; Pereira, 2021, p. 243).

E sobre a indexação nestes ambientes:

A indexação, no caso, dos repositórios de universidades públicas e institutos federais brasileiros, tem por objetivo atender as necessidades de informação dos usuários. Para tanto, deve ser adotada a exaustividade e a especificidade na indexação de cada conteúdo, porque esses repositórios em questão possuem uma clientela heterogênea tanto dentro como de outras instituições congêneres, bem como a comunidade que a cerca (Galvino; Pereira, 2021, p. 243-244).

Como se percebe, mais do que apenas fazer parte de um universo de fenômenos informacionais voltados à difusão e propagação de informação e de conhecimento, o cenário das universidades pertence aos contextos contemporâneos dos acessos e acessibilidades de informação e de conhecimentos livres, democratizados e compartilhados; com obrigações institucionais, públicas, científicas e socioculturais de promoção de bem-estar humano e social pautados pela ideia de uma ciência solidária; com perspectivas de compartilhar e azeitar pesquisas, com o fito de torná-las conhecidas e de fácil acesso; com projetos de mediação da informação pautados por comportamentos informacionais e de demandas a isso cada vez mais complexos. É sob essas facetas que vimos defendendo aqui que, além da existência de BUs e dos repositórios institucionais de informação e conteúdos acadêmicos e científicos, as universidades, mormente a públicas, devolvam à sociedade que as alimenta e as mantém estruturas hábeis a esse processo de oferta de ciência a quem dela precisa.

Para estruturar as funções de armazenamento e gerenciamento das publicações nos repositórios, é necessária a implementação de *softwares*. Há diversas opções de *software* com modelos de licença variada, podendo ser pago ou gratuito. A escolha do *software* adequado depende de fatores individuais relacionados ao tipo e propósito do repositório (Oliveira; Santos, 2024, p. 140).

O cenário atual tecnológico e digital já se encontra nas universidades. No entanto, como se percebe em muitos estudos e na própria convivência em BUs, há muito a se fazer. De modo igual, existe uma assimetria tecnológica entre a produção e disponibilização mundial de

tecnologias e artefatos tecnológicos e suas aquisições pelas universidades, notadamente aquelas presentes nas IFES, o que precisa ser revisto com políticas públicas de otimização dessas unidades de informação.

Em síntese, os Repositórios Institucionais são vitrines de pesquisas em acesso aberto que possibilitam que as informações científicas possam ser acessadas e disseminadas através da comunicação científica sem barreiras, que possibilita o uso e reuso dessas pesquisas em investigações futuras (Oliveira; Santos, 2024, p. 143).

Toda e qualquer proposta de acessos a publicações acadêmicas, científicas e afins, com vistas a levarem esse conhecimento para além dos muros das universidades deve vir ancorada com os princípios básicos – e muitas vezes complexos – da organização, tratamento, representação e disseminação da informação, tal qual vimos tratando neste trabalho. As IFES se constituem instituições de excelência, muitas delas com notoriedade internacional e desejo de muitos. Outras delas ganham contornos simbólicos de verdadeiras “grifes” acadêmico-científicas. Essas simbologias precisam ser mantidas e as instituições que as ostentam precisam qualificar seus serviços de difusão de informação e de conhecimento.

No entanto, em pesquisa nos RI do nordeste brasileiro, “constatou-se que nem todos os gestores percebem ou sentem a necessidade de implantação de uma PI, bem como, o pensamento de que é algo positivo não é unânime, ainda sendo necessário muitas discussões e estudos a respeito” (Galvino; Pereira, 2021, p. 245).

3 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Nesta seção é abordado o referencial teórico acerca dos Repositórios Institucionais, Políticas de Indexação, Linguagens Documentárias, Comunicação e a relevância para a Ciência da Informação e para o Ciclo da Informação.

3.1 Repositório Institucional da UFC

Como enunciado na seção 2 deste trabalho, a CI é ampla quanto às pesquisas sobre o universo da informação. Aqui vale realçar que ela tem como fato gerador de pesquisa e investigação os fenômenos informacionais; os fatores que os caracterizam e dinamizam seus fluxos; o comportamento da informação e suas necessidades mediacionais; as pesquisas de base técnicas e tecnológicas sobre os princípios organizadores, os de organização e representação da informação que possam promover um diálogo profícuo entre os acervos, os serviços deles demandados e as demandas institucionais e de usuários dessas informações. Nesse contexto de interesses da CI estão, nas universidades, as bibliotecas e seus sistemas, além dos repositórios institucionais.

É possível observar, na área da CI, estudos relacionados aos RI no sentido de definir políticas; preservar a memória e o patrimônio; criar modelos de controle de autoridade; definir modelos de gestão da qualidade; entre outras pesquisas que tratam de realizar diagnósticos e definir funcionalidades e recursos para os repositórios (Apocalypse; Padua; Jorente, 2021, p. 390).

Dentre os sistemas e ferramentas de recuperação da informação e visando dar ênfase ao conhecimento científico, tem-se os Repositórios Digitais, que são ferramentas do movimento pelo acesso aberto à informação científica. De acordo com Leite (2009) esse movimento surgiu diante da necessidade de ampliar a disseminação da informação científica e o seu acesso à comunidade, sendo uma via de mão dupla no que diz respeito aos seus benefícios, tendo em vista que a comunidade terá acesso gratuito a publicações de qualidade, o que aumentará a visibilidade dos autores e das instituições responsáveis.

O movimento pelo acesso aberto à informação científica está dividido em duas vias, a saber: a via dourada, que visa a disseminação e o acesso aberto às publicações em periódicos científicos; e a via verde, que visa a disponibilização das publicações científicas pelos próprios autores em Repositórios Digitais (RDs) (Leite, 2009). Os RDs são ferramentas de “gerenciamento de informação científica, constituindo-se, necessariamente, em vias alternativas de comunicação científica” (Leite, 2009, p. 19) e estão divididos em três tipos:

- 1) repositórios institucionais: voltados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa [...].
- 2) repositórios temáticos ou disciplinares: voltados a comunidades científicas específicas. Tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular [...].
- 3) repositórios de teses e dissertações (Electronic Theses and Dissertation — ETDs): repositórios que lidam exclusivamente com teses e dissertações (Leite, 2009, p. 20).

Incluso neste âmbito, tem-se o Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará (RI/UFC), que, de acordo com o *site* oficial da UFC (2014), funciona desde 2011 e está dividido em comunidades “de acordo com os Centros, Institutos, Faculdades, Pró-Reitorias, Departamentos e Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*”, contando, atualmente, com 32 comunidades. Seu propósito é

[...] reunir, armazenar, organizar, recuperar, preservar e disseminar a produção científica e intelectual da comunidade universitária (docentes, pesquisadores, técnicos e alunos de pós-graduação *stricto sensu*, *lato sensu* e graduação), bem como os documentos que são produzidos no âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC, 2021).

Considerando isso, ressaltamos a importância dos RIs enquanto ferramenta para otimização do acesso às publicações, tendo em vista seu foco na gestão da comunicação científica nas universidades e na ampla disseminação da produção acadêmica. Assim como o uso de outras ferramentas, também livres, como o TemaTres, que consiste em uma “ferramenta web para a gestão e exploração de vocabulários controlados, tesauros, taxonomias e outros modelos de representação formal do conhecimento” (TemaTres, 2018, tradução nossa).

3.2 Política de Indexação

Para além das Linguagens Documentárias, dos softwares de gestão de vocabulários e dos Repositórios Digitais, é necessário destacar a importância das Políticas de Indexação, tendo em vista que é a partir delas que as necessidades da instituição serão analisadas para adequar o uso das ferramentas supracitadas. Ademais, é por meio de uma indexação bem estruturada, precisa e refinada que haverá uma boa recuperação da informação.

Carneiro (1985) aborda os principais pontos que devem ser considerados no processo de desenvolvimento de uma Política de Indexação: “a identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação; a identificação da clientela a que se destina o sistema; e os recursos humanos, materiais e financeiros” (Carneiro, 1985, p. 222) necessários para o seu desenvolvimento. Carneiro (1985) destaca que “definir essas variáveis, estabelecer

princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço, racionalização dos processos e consistência das operações nele envolvidas, são objetivos de uma política de indexação” (Carneiro, 1985, p. 222).

No que diz respeito à **identificação da organização**, é nesta etapa em que a organização será observada com a finalidade de identificar suas características informacionais, como “a área de assunto de interesse e o tipo de documento mais importante para essa área”, “o tipo de atividade da organização” e o tipo de informação que essa atividade demanda (Carneiro, 1985, p. 223), para que, com essas informações, seja possível delinear aspectos como “os níveis de exaustividade e especificidade” (Carneiro, 1985, p. 223) necessários para essa organização.

No tocante à **identificação da clientela**, esta é realizada por meio de um estudo de usuários, no qual é possível obter dados precisos e relevantes para o desenvolvimento da Política de Indexação, a saber: “conhecimento do alcance exigido pelo sistema quanto aos assuntos [...] e quanto aos níveis de tratamento exigidos”; “o núcleo de um vocabulário que refletirá os interesses do trabalho e necessidades de informação” dos seus usuários; “conhecimento do tipo de resposta exigido do sistema”; conhecimento “do grau de especificidade necessária à linguagem de indexação”; “conhecimento das exigências dos usuários quanto à forma de apresentação dos resultados da busca” (Carneiro, 1985, p. 226).

Carneiro (1985, p. 223) justifica a importância desta etapa ao enfatizar que “a principal finalidade de um sistema de recuperação da informação é fornecer aos usuários a informação na forma e momento exigidos por eles”.

Quanto à **determinação dos recursos financeiros, materiais e humanos**, a autora destaca três principais despesas elencadas por Kent (1972), a saber: “a) despesas com capital”, em que os custos serão destinados à criação/compra de um sistema; “b) despesas operacionais”, em que é calculado o custo do funcionamento do sistema e dos recursos humanos; e “c) despesas decorrentes da não existência de serviços convenientes de informação”, em que essas despesas consistem no cálculo do gasto em serviços que não são especializados ou necessitam de otimização (Carneiro, 1985, p. 227), uma espécie de cálculo do prejuízo.

Ainda sobre os recursos financeiros, materiais e humanos, Carneiro (1985) acrescenta que todo o planejamento precisa ser adaptado ao orçamento disponível para a unidade, no qual o sistema utilizado pode ter suas funcionalidades simplificadas, necessitando, assim, de uma manutenção mais simples, tendo em vista que “alguns sistemas mais complexos demandam pessoal especializado com treinamento tanto na linguagem de indexação adotada como na elaboração da estratégia de busca” (Carneiro, 1985, p. 229); e o vocabulário de

indexação pode ser, também, mais simples, ou até mesmo pode-se considerar “adaptar uma linguagem já existente ao invés de desenvolver uma nova” (Carneiro, 1985, p. 228).

Qualquer biblioteca ou centro de informação poderá, a partir dos elementos aqui definidos, estabelecer a sua política de indexação, adaptando-a às suas necessidades. Entretanto, deverá ser dada atenção ao caráter de flexibilidade de toda política de serviços. Uma avaliação constante do desempenho do SRI irá determinar uma revisão contínua das decisões tomadas com relação à cada elemento do serviço (Carneiro, 1985, p. 239).

Com o propósito de minuciar o desenvolvimento de uma Política de Indexação, a autora aborda “os elementos que deverão ser considerados ao se elaborar uma política de indexação”, bem como “uma série de decisões relativas a cada fase dos processos” (Carneiro, 1985, p. 228). Começando pela **cobertura de assuntos**, que será definida a partir dos dados obtidos com o estudo de usuários, esse item considera o nível de abrangência ou de especificidade dos assuntos que fazem parte do acervo bem como o nível de relevância de cada um deles.

O segundo elemento a ser considerado na elaboração de uma Política de Indexação é a **seleção e aquisição dos documentos-fonte**, em que deve ser observada “a extensão da cobertura” dos assuntos e “a qualidade dos documentos” (Carneiro, 1985, p. 230) que serão adquiridos e inseridos no acervo/sistema por meio do estudo de usuários, para saber as suas preferências, e por meio de análises de fontes utilizadas por outros sistemas, sugere Lancaster (1968 *apud* Carneiro, 1985).

O terceiro elemento necessário à elaboração de uma Política de Indexação é o próprio **processo de indexação**, em que serão observadas quatro características que serão descritas a seguir. A primeira característica é o nível de exaustividade, “em que todos os assuntos discutidos em um certo documento são reconhecidos na operação de indexação e traduzidos na **linguagem do sistema**” (Carneiro, 1985, p. 231-232, grifo nosso); a segunda é o nível de especificidade, definida por Foskett (1973) “como «a extensão em que o sistema nos permite ser precisos ao especificarmos o assunto de um documento que estejamos processando»” (Carneiro, 1985, p. 232).

Com relação à linguagem do sistema, supracitada na descrição da primeira característica do processo de indexação - que é uma Linguagem Documentária -, é importante destacar a sua importância como sendo a base de todo o processo, tendo em vista que, antes de qualquer coisa, sem uma Linguagem Documentária não há indexação e que é a qualidade dessa Linguagem que definirá a revocação e a precisão da recuperação da informação.

A terceira característica é a escolha da linguagem, característica que influenciará diretamente, em uma proporção inversa, os processos de indexação e de recuperação, tendo em vista que ao escolher uma linguagem mais simples, o custo e o tempo do processo de indexação serão consideravelmente reduzidos, porém o processo de recuperação demandará mais tempo com estratégias de busca, enquanto que a escolha de uma linguagem mais específica e controlada, demandará mais tempo e maior esforço profissional durante a indexação, porém proporcionará uma recuperação mais rápida e mais satisfatória.

A quarta característica consiste na capacidade de revocação e precisão do sistema, em que “a **revocação** se relaciona com a capacidade do sistema em assegurar a recuperação de um número desejável de documentos relevantes e a **precisão** se relaciona à capacidade do sistema em impedir a recuperação de documentos não-relevantes” (Carneiro, 1985, p. 234), diante disso, entende-se que a revocação seja a capacidade do sistema de identificar fidedignamente os documentos que estão sendo buscados e que a precisão seja a capacidade do sistema de filtrar as informações que estão sendo buscadas e recuperar documentos que estejam devidamente inseridos no conjunto de dados solicitados.

O quarto elemento que deve ser considerado na elaboração de uma Política de Indexação é a **estratégia de busca**, em que será decidido se ela será delegada e, portanto, a quem será delegada esta tarefa dentro do quadro de funcionários da unidade, ou se será realizada pelo próprio usuário; o quinto elemento é o **tempo de resposta do sistema**, que está diretamente relacionado com os níveis de precisão e de revocação, tendo em vista que uma busca precisa irá recuperar documentos limitados e com maior rapidez, enquanto que uma busca que exija maior revocação levará mais tempo.

O sexto elemento é a **forma de saída**, “um sistema pode apresentar como resposta a uma busca: números de acesso referentes aos documentos, referências bibliográficas, resumos, ou o texto completo dos documentos” (Carneiro, 1985, p. 237), dessa forma, vale ressaltar que quanto menor for a quantidade de informações sobre o documento, mais precisa deve ser a resposta; e por último, mas não menos importante, a **avaliação do sistema**, que “determinará até que ponto o sistema está satisfazendo as necessidades dos seus usuários, que falhas estão ocorrendo e de que forma poderão ser corrigidas” (Carneiro, 1985, p. 238).

Capurro e Hjørland (2007, p. 194) fazem uma reflexão importante acerca da representação da informação nos Sistemas de Recuperação da Informação, em que chamam a atenção para a importância de considerar aspectos sociais nas Políticas de Indexação.

Quando representamos dados em nossos sistemas de informação, o fazemos a fim de dar suporte a certas atividades humanas. Não deveríamos simplesmente considerar nossas representações como objetivas, porque isto implica que nunca especificamos completamente as suposições teóricas, sociais e históricas com base nas quais agimos. Todos os tipos de sistemas de informação têm políticas e objetivos mais ou menos explícitos. O que consideramos como informação deveria também ser um reflexo da função social do sistema de informação (Capurro; Hjørland, 2007, p. 194).

3.3 Linguagens Documentárias

As Linguagens Documentárias, de acordo com a descrição que Cavati Sobrinho (2014) tece em sua Tese, são

instrumentos de estruturação e representação do conhecimento, em que a ‘representação por conceitos assume função preponderante entre o significado do conteúdo documentário e o termo que o representa. Em continuidade, o termo que representa o conteúdo documentário é representado por uma linguagem documentária’ (Cavati Sobrinho, 2014, p. 31, citando Fujita, 2013, p. 49).

Além da relação entre o conteúdo documentário e o termo que o representa, as LDs possuem uma estrutura que permite a relação dos termos entre si, de modo que diversos conceitos podem ficar conectados de acordo com o nível de relação que cada um possui com os demais. Cavati Sobrinho (2014) descreve essas relações, a saber

Estas relações são estruturadas lógica e semanticamente em torno das *unidades informacionais* (classes e descritores), apresentadas em hierarquias - *verticais e horizontais* - *genéricas, específicas e partitivas*, ou seja, Todo/Parte ou Gênero/Espécie, sendo coordenadas por superordenação e subordinação, apresentando, também, relações não-hierárquicas associativas (Cintra *et al.*, 1994, p. 30-33 *apud* Cavati Sobrinho, 2014, p. 33).

As relações Genéricas, de Gênero/Espécie, se configuram como relações hierárquicas, nas quais o termo que representa o Gênero é superordenado, comportando um conjunto de elementos, e os termos que representam a Espécie são subordinados ao Gênero, compartilhando das mesmas características gerais, porém com algumas diferenças entre si (Cintra *et al.*, 2002, p. 52).

Pode-se observar um exemplo da relação Gênero/Espécie a partir do termo “Mamífero” (Gênero) que pode ser subdividido em “Racional” e “Irracional” (Espécie). Desse modo, tem-se que “Mamífero” é um termo genérico, superordenado e que comporta um conjunto de elementos (mamíferos com diversas características) e que “Racional” e “Irracional” são termos específicos, subordinados a “Mamífero” e que compartilham da mesma característica por serem mamíferos (por isso são, também, coordenados entre si, pois estão no

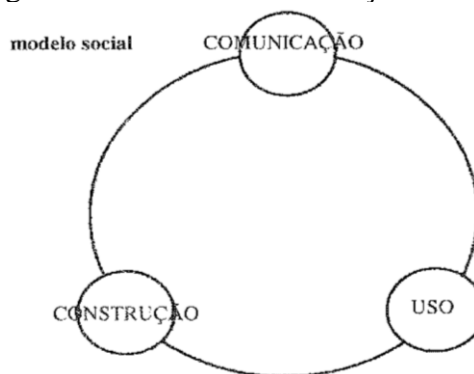
mesmo nível da hierarquia), mas também possuem características que os diferenciam um do outro (Cintra *et al.*, 2002, p. 52-53).

As relações Partitivas, do tipo Todo/Parte, também são relações hierárquicas, porém não se referem a conjuntos de características, mas, sim, a um objeto e às partes que o compõem. Desse modo, o termo geral (Todo), que será superordenado, representa um objeto e os termos específicos que seguem subordinados a ele (Parte) representam as partes do mesmo. Por exemplo, utilizando o termo “Navio”, tem-se que “Navio” é o termo superordenado que representa o Todo e que “Quilha”, “Convés” e “Mastro” são partes que compõem um Navio, portanto se caracterizam como termos subordinados que representam a Parte (Cintra *et al.*, 2002, p. 54).

De acordo com Cintra *et al.* (2002), as LDs, que podem ser tesauros ou sistemas de classificação documentária, têm a finalidade de facilitar a comunicação entre usuário e sistema — diferente de uma Linguagem Natural (LN), que visa a comunicação entre indivíduos —, tendo em vista que seu objeto de representação é a informação registrada.

Seja essa comunicação um processo entre indivíduos seja entre usuário e sistema, ressalta-se a sua importância para o andamento do Ciclo da Informação (Le Coadic, 2004), que se dá a partir do movimento cíclico entre construção, comunicação e uso da informação (Figura 1), no qual sem a comunicação seria impossível a execução das demais etapas.

Figura 1 - O Ciclo da Informação



Fonte: Le Coadic (2004, p. 11)

Guimarães (2001 *apud* Cavati Sobrinho, 2014, p. 30) corrobora o conceito de Le Coadic (2004), aplicando-o à área de Organização e Representação do Conhecimento, que visa “propiciar o processo comunicacional entre o produtor do conhecimento e aquele que dele se apropria para a geração de um novo conhecimento”, reforçando a efetividade da construção de

novos conhecimentos por meio do movimento de comunicação > uso > construção, representado no Ciclo da Informação (Le Coadic, 2004).

Destaca-se, também, a sua importância para a construção do conhecimento (Cavati Sobrinho; Silva; Porto, 2019), bem como sua intrínseca relação com a linguagem, tendo em vista que

A comunicação é inseparável da linguagem, das relações interpessoais, das estratégias coletivas, da transmissão das informações, da aquisição de conhecimento, da confirmação/verificação dos dados. Assim, a relação com o outro conduz ao desenvolvimento do conhecimento tornando-se uma dialética ação/conhecimento/comunicação (Morin, 1999, p. 64 *apud* Cavati Sobrinho; Silva; Porto, 2019, p. 20).

Brown e Duguid (2000 citados por Capurro; Hjørland, 2007, p. 174) afirmam que “não é a informação compartilhada, mas a interpretação compartilhada, que mantêm as pessoas unidas”, corroborando o sentido comunicativo e interpessoal da informação.

Freire (1975 *apud* Cavati Sobrinho; Silva; Porto, 2019), ao destacar a importância da comunicação na construção do conhecimento, elabora, assim, o conceito de “Comunicação Dialógica”, no qual “estabelece que a partir dos diálogos reflexivos entre dois ou mais sujeitos, que aportam seus conhecimentos sobre um mesmo objeto cognoscível, gera um terceiro conhecimento, denominado por Freire (1975) de ‘conhecimento autêntico’” (Cavati Sobrinho; Silva; Porto, 2019, p. 25).

Ante o exposto, tem-se que na comunicação humana (indivíduo x indivíduo) o diálogo ocorre por meio da Linguagem Natural, porém no âmbito da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento o diálogo se dá por meio de Linguagens Documentárias, tendo em vista que estas são ferramentas de comunicação entre indivíduos e Sistemas de Recuperação da Informação (Cavati Sobrinho; Silva; Porto, 2019; Cintra *et al.*, 2002).

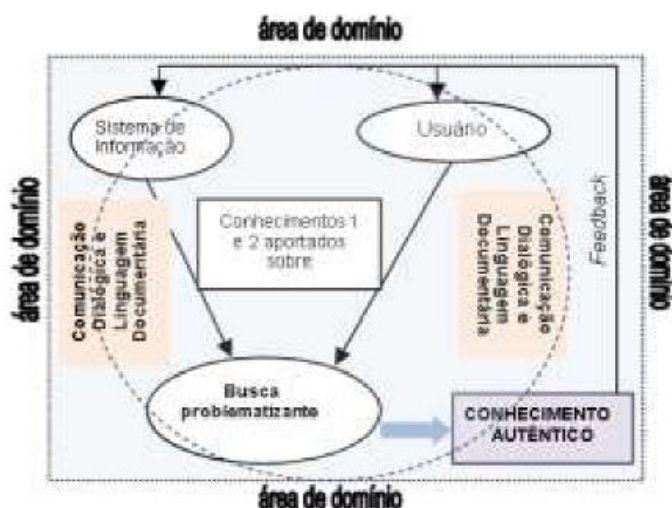
Portanto, a Comunicação Dialógica através de uma Linguagem Documentária inteligível permite que uma informação e um conhecimento sejam gerados, registrados, organizados, representados e disponibilizados para uso, possibilitando a amplitude e máxima utilização dos métodos empregados pela Ciência da Informação na sua função social aplicada de construção, comunicação e uso da informação e do conhecimento (Cavati Sobrinho; Silva; Porto, 2019, p. 25).

Dessa forma, as LDs podem ser consideradas como instrumentos de Comunicação Dialógica e facilitadoras da construção do “conhecimento autêntico” (Figura 2) (Cavati Sobrinho; Silva; Porto, 2019) e “como instrumentos de comunicação documentária” (Cintra *et al.*, 1994, p. 24), nas quais, especificamente, os tesouros, além da função comunicativa, também

possuem “uma preocupação adicional: a do controle do vocabulário” (Cintra *et al.*, 1994, p. 29).

A respeito das LDs enquanto instrumentos da Comunicação Dialógica, pode-se observar no esquema abaixo (Figura 2), elaborado por Cavati Sobrinho, Silva e Porto (2019, p. 22), que a comunicação entre o usuário e o sistema de informação — *na qual o usuário se utiliza, provavelmente, da Linguagem Natural em sua busca, e o sistema se utiliza de uma Linguagem Especializada em sua resposta* —, ao ser mediada por uma Linguagem Documentária, possibilita que um conhecimento autêntico seja gerado.

Figura 2 - Conhecimento autêntico e Linguagem Documentária



Fonte: Cavati Sobrinho; Silva; Porto (2019, p. 22)

O controle de vocabulário supracitado é de suma importância para a representação da informação e do conhecimento e para o andamento da comunicação científica, pois sabe-se que "as definições não são verdadeiras ou falsas, mas sim, mais ou menos produtivas [...] [e] quando alguém define um termo de modo muito idiossincrático, a definição será negligenciada e não contribuirá para o entendimento, a comunicação ou o avanço da prática" (Capurro; Hjørland, 2007, p. 151).

Diante disso, Cintra *et al.* (2002) ressaltam que há uma tendência a especificar cada vez mais a abrangência dos domínios em uma determinada área, pois é sabido que essa especificação aprofunda o nível de conhecimento na área, otimizando a representação dos conteúdos dos documentos trabalhados, a construção das LDs e seu uso posterior. “A condição de dar ênfase ao seu próprio conhecimento e ao núcleo central de cada ramo científico conduz a cada comunidade a valorizar seus próprios discursos e a defender a sua própria linguagem” (Morais, 2018, p. 17).

Ante o exposto, em que são apresentadas as definições de Política de Indexação, Linguagens Documentárias e Repositórios Institucionais e, especialmente, a importância da elaboração e do uso dessas ferramentas para os Sistemas de Bibliotecas com inclusão dos RIs, a partir dessa perspectiva, inicia-se a descrição do percurso metodológico utilizado para alcançar os objetivos desta pesquisa, a fim de proporcionar o claro entendimento dos resultados encontrados.

4 METODOLOGIA

A escolha em pesquisar as Instituições Federais de ensino Superior – IFES – ao longo deste trabalho chamadas apenas de Universidades Federais se deu por motivos que se interseccionam e merecem ser realçados aqui. O primeiro é o apreço pessoal por estas instituições, notadamente a nossa Universidade Federal do Ceará, cujas atuações vêm atuando na formação de milhares de profissionais que precisa e precisarão sempre do acesso e do acompanhamento das pesquisas ali desenvolvidas. Outro motivo não menos importante é a perspectiva de que esta pesquisa traga e possa ensinar, pelo menos para a UFC, o interesse na elaboração de uma pesquisa que gere impacto científico, reflexões quanto e sobre o estabelecimento futuro de uma política de indexação e procedimentos afins. Por via de consequência, a pesquisa também espera dar o retorno dos dados da investigação para a Instituição, que possibilitou a realização da investigação. Dentro do mesmo contexto de interesse, que os dados obtidos e as teorias que aqui se apresentam sirvam de roteiros investigativos, teóricos, conceituais e metodológicos para uma política de indexação e de linguagem documentária para seus Sistemas de Bibliotecas, discutida, justificada e negociada com a UFC, cujos resultados darão à universidade um frescor de atualidade e compromisso com o que se espera de instituições como ela, com o consequente atendimento às demandas da comunidade acadêmica e da sociedade de um modo geral.

Espera-se, assim, que haja, além de mais pesquisas na área de Organização e Representação do Conhecimento (ORC), um olhar para as lacunas da própria Instituição na qual se está estudando/pesquisando.

É este um dos motivos pelos quais esta pesquisa também se preocupou em fazer um levantamento sobre a existência de Cursos de Biblioteconomia e pós-graduações em CI nas IFES investigadas. O motivo parece obvio: sendo a Biblioteconomia a área de conhecimento que trata da seleção, classificação, catalogação, organização, tratamento e recuperação da informação as universidades que abrigam esses cursos bem poderiam aproveitá-los para o total desempenho deles junto às bibliotecas e seus sistemas e aos seus repositórios institucionais. Assim, ainda que a pesquisa não tenha tido o interesse em comparar a existência de cursos e a participação deles na construção de políticas de indexação e linguagens documentárias, põe a discussão em pauta, notadamente diante dos dados apresentados pela pesquisa.

Assim, averiguar se existem Políticas de Indexação nos Sistemas de Bibliotecas das IFES é motivado pelo interesse em conhecer a situação em que cada universidade se encontra

com relação à implementação e uso de ferramentas básicas e necessárias para a construção do conhecimento e para o funcionamento otimizado dos Sistemas de Recuperação da Informação. Além disso, examinar se existem cursos de graduação em Biblioteconomia e de Pós-Graduação em Ciência da Informação nas mesmas também traz um panorama da relação Curso-Biblioteca e sua possível influência científica/teórica nas decisões e aplicações práticas.

Para a realização desta pesquisa, utiliza-se de uma metodologia de natureza bibliográfica, na qual é produzida uma revisão de literatura para o seu embasamento teórico, visto que, com esse método, o/a pesquisador/a "tenta encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual" (Laville; Dionne, 1999, p. 112).

Uma revisão de literatura possibilita, também, por meio de um diálogo reflexivo (“comunicação dialógica”) entre leitor/pesquisador e literatura/autores, a concepção de *insights* e a criação de novos conhecimentos (“conhecimento autêntico”) pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa (Feire, 1975 *apud* Cavati Sobrinho; Silva; Porto, 2019).

A revisão supracitada se dá por meio de um levantamento bibliográfico em bases de dados de publicações científicas, como a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT), o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Scientific Electronic Library Online (SciELO), por meio de uma busca pelos termos/palavras-chave pertinentes a esta pesquisa, como Organização e Representação do Conhecimento, Política de Indexação, Linguagens Documentárias, Repositórios Institucionais e demais assuntos secundários.

Após a revisão de literatura, com o devido embasamento teórico, a fim de dar andamento aos objetivos delineados neste trabalho, realizou-se uma pesquisa exploratória, tendo em vista que estas “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, ademais, as pesquisas exploratórias também “envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso” (Gil, 2008, p. 27).

Desse modo, para realizar o objetivo específico de averiguar se as Universidades Federais do Brasil possuem Políticas de Indexação e Linguagens Documentárias que contemplem o Sistema de Bibliotecas e o Repositório Institucional, realizou-se uma pesquisa no site de cada uma das Universidades Federais do Brasil e os dados coletados foram inseridos em um quadro, elaborado por meio da ferramenta Excel, no qual constam as seguintes

informações: nome da universidade, indicação se há ou não uma Política de Indexação (1 para possui e 0 para não possui) e, quando há, o link de acesso à mesma, além da indicação se há ou não uma Linguagem Documentária (1 para possui e 0 para não possui).

Para realizar o segundo objetivo específico, de examinar se as UFs possuem graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em Ciência da Informação foi realizada uma pesquisa similar à supracitada, em que o site das UFs foi visitado, especificamente o site dos respectivos departamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação com a finalidade de identificar a existência dos cursos ofertados na área.

Os dados coletados foram inseridos, também, em uma planilha do Excel, na qual consta uma coluna para cada uma das seguintes informações: nome da universidade, graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em Ciência da Informação, na qual esta última se subdivide em: especialização, mestrado e doutorado. Todas foram preenchidas com o número “1” para “possui” ou o número “0” para “não possui”.

Com os objetivos específicos alcançados e os dados devidamente coletados e registrados, pode-se fazer a relação proposta como objetivo geral desta pesquisa, que é investigar a relação entre a existência, ou não, de Política de Indexação e de Linguagens Documentárias nas Universidades Federais do Brasil com a existência da graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em CI nas mesmas. Para tal, os dados supracitados serão apresentados e detalhados na sessão seguinte.

5 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção consta a descrição da pesquisa e da coleta de dados sobre a existência de Políticas de Indexação e de Linguagens Documentárias nas Universidades Federais brasileiras, bem como dos cursos de graduação em Biblioteconomia e de pós-graduação em Ciência da Informação e, consequentemente, a análise dos resultados coletados e suas possíveis relações.

5.1 Pesquisa e coleta de dados a respeito da existência de Políticas de Indexação e de Linguagens Documentárias nas UFs do Brasil

Para iniciar a coleta de dados relativa à existência de uma Política de Indexação e de Linguagens Documentárias nas Universidades Federais do Brasil, utilizou-se a lista de UFs da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). A eleição dessa fonte se deu pela objetividade da lista disponibilizada, tendo em vista, que, por exemplo, nas plataformas governamentais as listas abrangem todas as instituições educacionais de nível federal, não necessariamente de nível superior ou que sejam, de fato, universidades e elegeu-se, para esta pesquisa, trabalhar somente com universidades. Foi elaborado um quadro com os nomes das Universidades Federais divididas por Região para melhor visualização durante a pesquisa, segue, abaixo, um trecho no Quadro 1, e o mesmo pode ser visto completo no Apêndice A.

Quadro 1 – Lista de Universidades Federais do Brasil

Nº	Universidade Federal
Região Centro-Oeste	
1	Universidade de Brasília
2	Universidade Federal da Grande Dourados
3	Universidade Federal de Goiás
4	Universidade Federal de Catalão
5	Universidade Federal de Jataí
6	Universidade Federal de Mato Grosso
7	Universidade Federal de Rondonópolis
8	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Região Nordeste	
9	Universidade Federal de Alagoas
10	Universidade Federal da Bahia
11	Universidade Federal do Sul da Bahia

Fonte: ANDIFES, 2024

A lista conta com 69 Universidades Federais e também pode ser acessada no seguinte endereço <<https://www.andifes.org.br/nossas-instituicoes/>>, dividida por regiões do Brasil e a pesquisa seguiu a mesma ordem, iniciando pela Região Centro-Oeste, seguindo com Região Nordeste, Região Norte, Região Sudeste e finalizando pela Região Sul. Após listar as UFs, o site de cada uma foi acessado, em busca da seção referente à Biblioteca e, por conseguinte, alguma seção ou publicação referente à Política de Indexação.

Os dados foram inseridos em uma Planilha com os seguintes campos: Nome da Universidade Federal; Possui PI?; A PI contempla o RI?; Acesso à PI?; Utiliza LD? A LD contempla o RI?; e Link; e em que o resultado 0 (zero) significa que não tem nenhum acervo ou arquivo sobre determinado conteúdo. O resultado 1 já indica que há. O resultado dessa coleta de dados é demonstrado no quadro 2 abaixo, que pode ser visto por completo no Apêndice B.

Quadro 2 - Verificação da existência de Políticas de Indexação nas UFs

REGIÃO CENTRO-OESTE

Nº	Universidade Federal	Possui PI?	A PI contempla o RI?	Acesso à PI?	Utiliza LD?	A LD contempla o RI?	Link
Região Centro-Oeste							
1	Universidade de Brasília	0	0	0	1	1	
2	Universidade Federal da Grande Dourados	0	0	0	0	0	
3	Universidade Federal de Goiás	1	0	1	1	0	https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/Manual_Politica_SIBi_UFG.pdf
4	Universidade Federal de Catalão	0	0	0	0	0	
5	Universidade Federal de Jataí	0	0	0	0	0	
6	Universidade Federal de Mato Grosso	0	0	0	0	0	
7	Universidade Federal de Rondonópolis	0	0	0	0	0	
8	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0	

Fonte: elaborado pela autora, 2024

O quadro 2 acima lista as UFs da Região Centro-Oeste, em que constam 8 Universidades Federais e somente 1 possui uma Política de Indexação. A PI da Universidade Federal de Goiás está disponível para acesso e faz uso da Linguagem Documentária da Biblioteca Nacional. Não há indicação se a mesma LD é aplicada ao Repositório Institucional. Por esse exemplo já é possível ver um retrato do todo, pois todas as Regiões apresentam resultados semelhantes, contando somente com 1 ou 2 UFs que utilizam uma Linguagem

Documentária. Vê-se, então, que é uma lacuna de nível nacional o que coincide com pesquisas já feitas e contidas na bibliografia deste trabalho e, em oposição, denuncia as muitas pesquisas sobre o tema, que indicam propostas, processos e roteiros, metodologia e projetos de implantação de PI e LD em bibliotecas e repositórios institucionais, como demonstrados na seção 3 e segmentos.

Com relação à Região Nordeste, com 20 UFs, somente a Universidade Federal do Ceará (UFC) apresentou uma Política de Indexação com acesso livre, porém não possui uma Linguagem Documentária própria. Na Política de Indexação da UFC é indicado, no capítulo “4.4 CATÁLOGOS E TESAUROS PARA INDEXAÇÃO” (UFC, 2016), uma seleção de tesauros especializados em várias áreas do conhecimento para uso interno. O Repositório Institucional não é citado. Como mostrado na revisão de literatura, PI e LD são aspectos de uma política maior de organização, tratamento e recuperação da informação, cujos estudos se avolumam e as realidades das bibliotecas e repositórios parecem herméticos a isso.

Com relação à Região Norte, com 11 UFs, somente 2 possuem uma Política de Indexação. A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) possui uma Política de Indexação acessível e uma LD, mas não citam o Repositório Institucional. Inclusive, na sua PI é possível notar a valorização do uso de recursos internos da própria UFAM, quando deixam claro que “para uniformizar a linguagem de indexação na base do SISTEBIB/UFAM são adotadas as determinações existentes no **Manual de Autoridades para o Sistema de Bibliotecas da UFAM (SISTEBIB)**” (Universidade Federal do Amazonas, 2017, p. 5), recorrendo à sistemas nacionais somente em casos excepcionais.

Outro ponto relevante na PI da UFAM é a delimitação do público alvo, tendo em vista que essa delimitação é muito relevante para a construção da LD, pois direciona sua elaboração de acordo com as especificidades de seu público. “A linguagem de indexação atenderá prioritariamente a comunidade acadêmica da UFAM (discentes, docentes e técnicos administrativos)” (Universidade Federal do Amazonas, 2017, p. 3).

A Universidade Federal Rural da Amazônia também possui PI acessível e indica a aplicação ao RI, porém não utiliza uma LD própria, indicando, assim, o uso de LDs de referência, como a da Biblioteca Nacional, Biblioteca Virtual da Saúde, de acordo com o assunto a ser descrito.

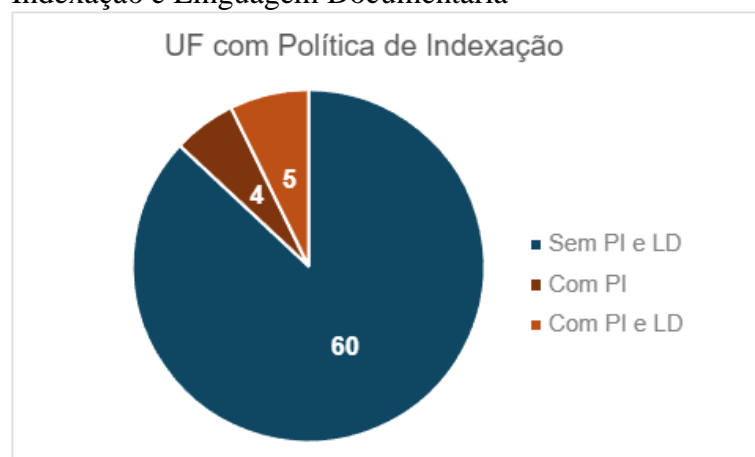
No que tange à Região Sudeste, que possui 19 UFs, somente 2 possuem PI. A Universidade Federal de São Carlos contempla o RI com sua Política de Indexação, porém não

possui uma LD própria e indica o uso de LDs de referência, como a da Biblioteca Nacional ou da UNESP, por exemplo. A outra UF é a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é a única que obteve resposta positiva a todos os questionamentos da pesquisa, a saber: possui uma PI e uma LD própria e contempla o RI. “A linguagem de indexação adotada pelo SiBI é o Cabeçalho de Assunto que deve contemplar as relações sintático-semânticas entre os termos advindos das áreas científicas especializadas e da linguagem do usuário” (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021, p. 10).

A Região Sul possui 11 UFs, das quais 3 possuem Política de Indexação. A Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal do Rio Grande e a Universidade Federal de Santa Catarina possuem PI disponível para acesso, mas não possuem uma LD própria nem mencionam sua aplicação ao Repositório Institucional.

Contabiliza-se, assim, que das 69 UFs do Brasil, somente 9 (representando 13% de 69) possuem uma Política de Indexação acessível, somente 3 (4,3%) contemplam o Repositório Institucional com a PI, somente 5 (7,2%) possuem uma Linguagem Documentária própria e dessas 5, somente 3 contemplam o RI com o uso da LD. Tem-se que 60 UFs não possuem sequer uma Política de Indexação para suas Unidades de Informação, representando um percentual de 86,9%, como ilustrado no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 – Universidades Federais com Política de Indexação e Linguagem Documentária



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

A menor fatia representa as 4 UFs que possuem somente Política de Indexação; seguida da fatia que representa as 5 UFs que possuem PI e LD, em que somadas totalizam as 9 UFs que possuem PI. A maior fatia representa as 60 UFs que não possuem PI. A partir da visualização do gráfico 1 acima, pode-se sentir o impacto dos dados coletados, tendo em vista

que a fatia que representa as UFs que não possuem PI representa uma quantidade considerável da amostra, uma quantidade de 86,9%.

5.2 Pesquisa e coleta de dados a respeito da existência do curso de graduação em Biblioteconomia e de Pós-Graduação em Ciência da Informação nas UFs do Brasil

Acrescenta-se à pesquisa a coleta de dados sobre a existência do curso de graduação em Biblioteconomia e dos cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação (especialização, mestrado e doutorado) nas UFs do Brasil. Realizou-se uma pesquisa nos sites das UFs brasileiras, buscando pelos cursos de graduação e de pós-graduação. Os resultados foram registrados em uma planilha seguindo a mesma ordem por Regiões, iniciando pela Região Centro-Oeste, seguida das Regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. A planilha contém as seguintes colunas: Universidade Federal; Graduação em Biblioteconomia; Pós Graduação em Ciência da Informação, subdividida em: Especialização, Mestrado e Doutorado, preenchida com 0 ou 1, em que 0 significa “não possui” e 1 significa “possui”. Abaixo, no quadro 3, pode-se ver um excerto referente à Região Centro-Oeste. A planilha completa pode ser visualizada no Apêndice C.

Quadro 3 - Verificação da existência dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação nas UFs

Nº	Universidade Federal	Graduação em Biblioteconomia	Pós-Graduação em Ciência da Informação		
			Especialização	Mestrado	Doutorado
Região Centro-Oeste					
1	Universidade de Brasília	1	0	1	1
2	Universidade Federal da Grande Dourados	0	0	0	0
3	Universidade Federal de Goiás	1	0	0	0
4	Universidade Federal de Catalão	0	0	0	0
5	Universidade Federal de Jataí	0	0	0	0
6	Universidade Federal de Mato Grosso	1	0	0	0
7	Universidade Federal de Rondonópolis	1	0	0	0
8	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	0	0	0	0

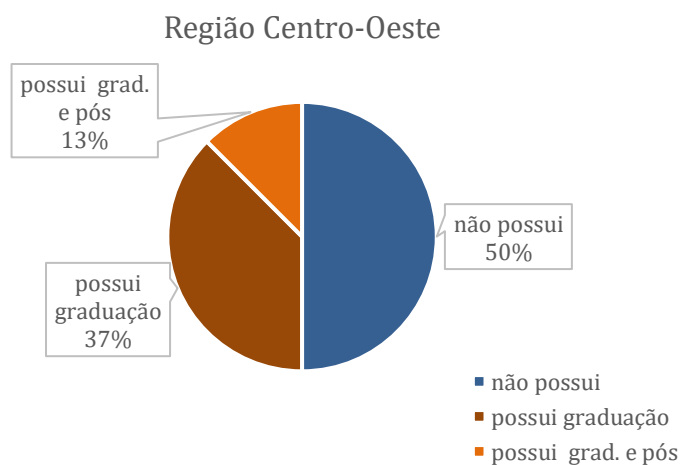
Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Pode-se observar, no Quadro 3 acima, um recorte da planilha supracitada, no trecho referente à Região Centro-Oeste. A Região Centro-Oeste conta com 8 Universidades Federais,

das quais 4 possuem o curso de graduação em Biblioteconomia. Dessas 4, somente a Universidade de Brasília conta com a pós-graduação em Ciência da Informação: mestrado e doutorado. Nenhum curso de especialização foi identificado no site das UFs. No gráfico 2, abaixo, é ilustrado o cenário da Região Centro-Oeste.

Como se percebe, a existência de Cursos de Biblioteconomia e pós-graduação em CI nas IFES acima é inversamente proporcional à existência de LD e PI. Ou seja, não há indícios de que as IFES contemplem os fazeres desses cursos e não se sabe se, quando e como algum estudo foi feito no sentido de fazer valer nas bibliotecas e nos repositórios os critérios biblioteconômicos na organização, tratamento, recuperação e gestão dessas unidades de informação em lide.

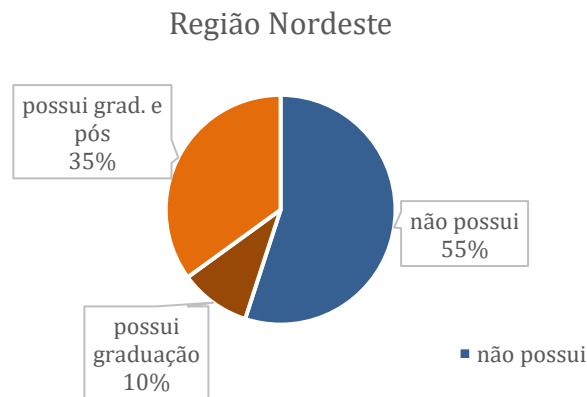
Gráfico 2 – Graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em CI na Região Centro-Oeste



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

A seguinte região pesquisada foi a Região Nordeste, sendo a região com mais Universidades Federais do País, 20 ao todo. Das 20, apenas 9 UFs possuem o curso de graduação em Biblioteconomia; destas, 7 possuem o curso de Mestrado em CI e 3 possuem o curso de doutorado. Nenhum curso de especialização foi identificado no site das UFs desta Região. Segue, abaixo, o gráfico 3 que ilustra o cenário da Região Nordeste.

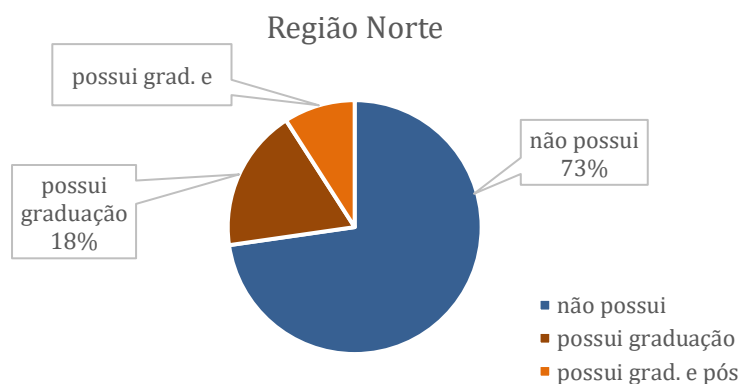
Gráfico 3 – Graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em CI na Região Nordeste



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

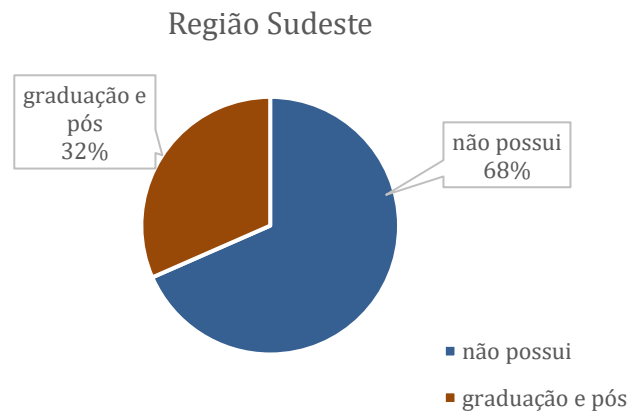
Com relação à Região Norte, esta conta com 11 UFs, sendo que somente 3 possuem o curso de graduação em Biblioteconomia e somente 1 possui mestrado e doutorado, como está ilustrado no gráfico 4 abaixo. Na Região Sudeste foram contabilizadas 19 UFs, das quais 6 possuem o curso de graduação em Biblioteconomia, todas 6 com mestrado e 3 delas com doutorado, ilustrado no gráfico 5 que segue abaixo após o gráfico 4.

Gráfico 4 – Graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em CI na Região Norte



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

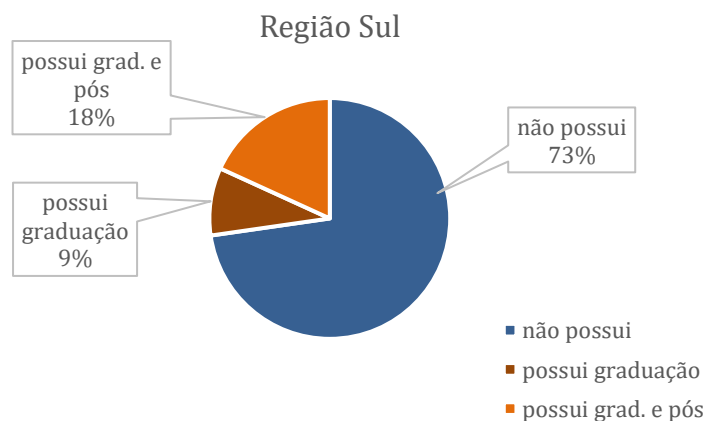
Gráfico 5 – Graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em CI na Região Sudeste



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Na Região Sul foram contabilizadas 11 UF's, sendo que somente 3 delas contam com o curso de graduação em Biblioteconomia, 2 possuem mestrado e, destas, somente 1 possui mestrado e doutorado. Nenhuma das UF's das regiões supracitadas mencionou cursos de especialização, conforme o gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6 – Graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em CI na Região Sul



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Desse modo, das 69 UF's do Brasil, somente 25 (36,2%) ofertam o curso de graduação em Biblioteconomia, das quais 17 (24,6%) ofertam o curso de mestrado em Ciência da Informação e 9 (13%) ofertam o curso de doutorado. Tem-se, que, 44 das UF's sequer possuem a graduação na área, representando uma porcentagem de 63,7%, como pode-se ver no gráfico 7, abaixo.

Gráfico 7 – Universidades Federais que possuem, ou não, o curso de graduação em Biblioteconomia



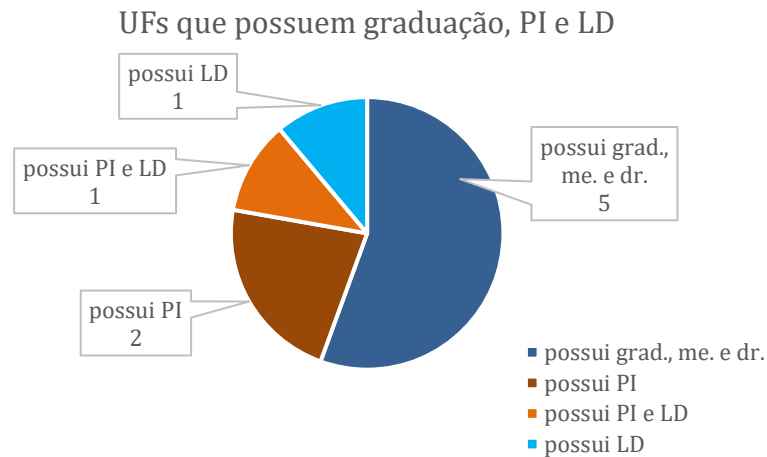
Fonte: elaborado pela autora, 2024.

As porcentagens apresentadas no gráfico 7, acima, foram arredondadas em alguns décimos para melhorar a visualização. Ressalta-se que todas as porcentagens foram calculadas tomando por base as 69 UFs, número que representa 100% da amostra.

No gráfico 7 elegeu-se representar, visualmente, somente a porcentagem referente ao curso de graduação, pois foi observado que este precede a existência dos cursos de mestrado e de doutorado em CI. Neste gráfico também pode-se notar o impacto visual da diferença entre UFs que possuem e que não possuem o curso de graduação em Biblioteconomia, em que os que não possuem o curso representam mais da metade da amostra.

Ao relacionar os resultados das duas pesquisas, sobre a existência de Políticas de Indexação e de Linguagens Documentárias e a existência de cursos de graduação e de pós-graduação na área, foi possível identificar que somente 9 UFs possuem os cursos de graduação, mestrado e doutorado (13%). Dessas 9, somente 2 (2,9%) possuem Política de Indexação e 2 (2,9%) possuem Linguagem Documentária (na qual 1 delas não possui PI), conforme gráfico 8.

Gráfico 8 – UFs que possuem graduação, PI e LD

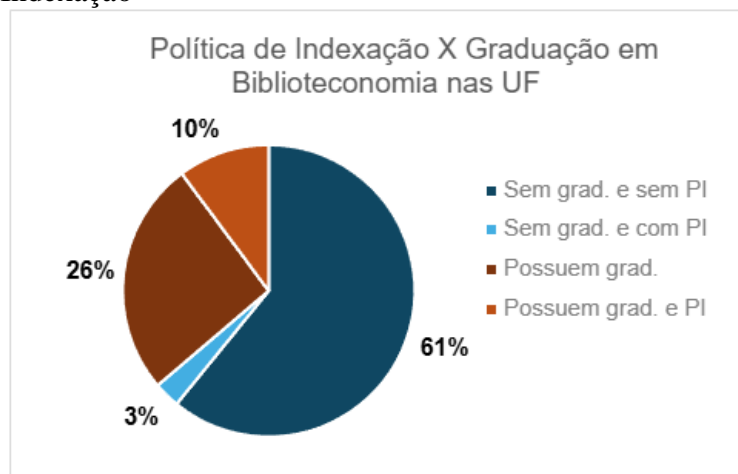


Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Esmiuçando os dados coletados, para registro, tem-se que 8 UFs possuem os cursos de graduação e de mestrado (11,5%), sendo que dessas 8, apenas 2 (2,9%) possuem uma Política de Indexação e nenhuma delas possui uma LD. E na sequência tem-se que 8 (11,5%) UFs possuem somente o curso de graduação. Dentre elas, 3 (4,3%) possuem uma Política de Indexação e 2 (2,9%) utilizam uma LD (própria ou de referência). Das 44 UFs que não possuem nenhum curso na área, 2 (4,5%) possuem uma PI e 1 (2,27%) possui uma LD.

Considerando que todas as instituições que possuem mestrado e doutorado em CI são as que possuem graduação em Biblioteconomia, a porcentagem referente a esta última será utilizada para representar a relação de coexistência entre curso de graduação em Biblioteconomia e Política de Indexação. Desse modo, em última análise, o cenário nas UFs é representado visualmente no gráfico 9 abaixo.

Gráfico 9 – Relação de coexistência entre UFs que possuem o curso de Biblioteconomia e Política de Indexação



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

De acordo com o gráfico 3, acima, pode-se ver que 61% das UFs não possui graduação em Biblioteconomia nem Política de Indexação e 3% não possui graduação, mas possui uma PI, totalizando 64% da amostra, referente às 44 UFs, representando, juntas, a maior fatia do gráfico. Nas outras duas fatias têm-se que 10% possui graduação e Política de Indexação e 26% possui somente graduação, totalizando 36% da amostra com graduação, referente às 25 UFs. Registra-se, também, que independente do curso de graduação em Biblioteconomia ou de outras implicações, a porcentagem referente às UFs que possuem uma PI (13%) já é, por si só, módica.

5.3 Modelo de Linguagem Documentária para o Repositório Institucional da UFC

Diante dos resultados da coleta supracitada, nos quais pode-se ver a baixa adesão das Políticas de Indexação e das Linguagens Documentárias pelas UFs, decidiu-se ressaltar que a resolução desta lacuna por meio da elaboração de uma PI e de uma LD próprias é possível, sim, e que a LD é a principal forma de alcançar os objetivos e melhorias propostos por uma PI, como a revocação e a precisão na recuperação da informação.

Para exemplificar, é acrescentado, abaixo, o quadro 4 com um modelo de Linguagem Documentária para o Repositório Institucional da UFC, para a área de subdomínio “Saúde da Mulher”, elaborada em uma monografia de conclusão do curso de Biblioteconomia na UFC, seguindo a metodologia proposta por Cervantes (2009) e com apresentação final no software TemaTres (quadro 5).

Quadro 4 – Modelo de Linguagem Documentária

A
<p>Aborto Habitual TT: Políticas Públicas de Saúde TG: Saúde Reprodutiva</p> <p>Acesso aos Serviços de Saúde TT: Políticas Públicas de Saúde TG: Serviços de Saúde TE: Gênero e Saúde</p> <p>Acidente Vascular Cerebral TT: Políticas Públicas de Saúde TG: Fatores de Risco</p>

Fonte: Silva (2019), utilizando o software TemaTres 3.1 (2019)

Legenda: TT: Termos superiores; TG: Termo geral; TE: Termo específico.

Quadro 5 - Exemplo dos termos no software TemaTres



Fonte: Silva (2019), utilizando o software TemaTres 3.1 (2019).

Assim, pode-se observar nos quadros acima (4 e 5) a forma de apresentação de uma Linguagem Documentária, sendo essa um Tesouro, organizado por ordem alfabética, com suas relações com outros termos, e também sua apresentação por ordem hierárquica de acordo com os conceitos utilizados. A Linguagem Documentária completa pode ser consultada no Apêndice D.

5.4 Limitações da pesquisa

Esta sessão tem a finalidade de registrar alguns recortes utilizados nesta pesquisa que limitaram alguns resultados, a saber:

- a) A coleta de dados foi realizada no 1º semestre de 2024, sendo este o recorte temporal da pesquisa. Desse modo, após a coleta, algumas Universidades Federais obtiveram aprovação para a implantação do curso de Mestrado/Doutorado em Ciência da Informação e esses números não foram inclusos na coleta/resultados;
- b) Houve, também, um recorte quando à eleição dos cursos de graduação e sua nomenclatura. Elegeu-se para esta pesquisa o curso de graduação em Biblioteconomia que tenha exatamente este mesmo nome. Compreende-se a existência de cursos afins que também fazem parte da área de Ciência da Informação, porém foram contabilizados somente os cursos denominados “Biblioteconomia”.

Desse modo, feitos os devidos registros e esclarecimentos dos recortes/limitações da pesquisa, tem-se, a seguir, a sessão de conclusão, em que será discorrido sobre os dados coletados dentro dos recortes feitos e da perspectiva teórica adotada nesta pesquisa.

6 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa buscou-se investigar as Políticas de Indexação e de Linguagens Documentárias nas Universidades Federais do Brasil, em que foram delineados, para tal, os seguintes objetivos: averiguar se as UFs possuem PIs e LDs que contemplem o Sistema de Bibliotecas e o RI; e examinar se as UFs possuem graduação em Biblioteconomia e pós-graduação em Ciência da Informação.

Com os objetivos devidamente alcançados e descritos, pode-se relacioná-los e, diante disso, vê-se que, da mesma forma que o número de UFs que possui, pelo menos, o curso de graduação em Biblioteconomia é baixíssimo - somente 36,2% -, o número de UFs que possui uma Política de Indexação ou Linguagem Documentária também o é, respectivamente 13% e 7,2%. Também é intrigante perceber, como foi ilustrado no gráfico 1 (seção 5.1), a quantidade de UFs que não possui uma Política de Indexação (86,9%) para suas Unidades de Informação, considerando que uma PI é um recurso fundamental para o processo de indexação e de recuperação de conteúdos informacionais disponíveis no acervo.

Esses dados suscitam questionamentos e possibilidades de novas investigações sobre o porquê de, dentre 69 UFs que contam com Sistemas de Bibliotecas e Repositórios Institucionais, somente 9 UFs (13% da amostra) possuem uma Política de Indexação e, ainda mais intrigante, somente 5 UFs (7,2% da amostra) possuem uma LD própria para o seu acervo, em que somente 3 contemplam o Repositório Institucional (representando 4% da amostra). Possíveis hipóteses podem ser relacionadas à falta de recursos materiais ou falta de recursos humanos, porém se faz necessária uma nova investigação sobre esses porquês.

Observa-se, concomitantemente, que a quantidade de UFs que possuem o curso de graduação em Biblioteconomia, que são 25 UFs, (36% da amostra), representada visualmente no gráfico 2 (seção 5.2), está abaixo da metade. Esse dado gerou o questionamento de porquê a graduação não é ofertada em mais Universidades Federais e se a resposta para este questionamento ainda pode estar relacionada ao reconhecimento do mercado de trabalho. O que pode se projetar em uma nova investigação.

No momento em que o olhar é direcionado para a relação de coexistência entre o curso de Biblioteconomia e a Política de Indexação, ilustrada no gráfico 9 (seção 5.2), podemos observar que essa continua sendo a menor fatia do gráfico, em que somente 36% da amostra possui o curso de graduação e, ainda assim, desses 36% somente 10% possui uma Política de Indexação. Registra-se que a existência das Políticas de Indexação está concentrada nas UFs

que possuem o curso de graduação e que é ínfima a quantidade de UFs que possuem PI mesmo sem o curso de graduação (3%).

Mesmo considerando os dados supracitados, ainda assim, a quantidade de UFs que possui uma Política de Indexação é inesperadamente pequena e que mesmo a existência do curso de graduação em Biblioteconomia não rege forte influência na elaboração de uma, tendo em vista que da parcela de UFs que tem o curso (25 UFs), somente 9 possuem uma PI. Trazendo uma visão mais geral, tem-se que de 69 UFs, somente 9 possuem uma Política de Indexação. Reforçando o questionamento acerca de o porquê as UFs, os Sistemas de Bibliotecas e os cursos de Biblioteconomia não estarem atentos à falta dessa ferramenta, apontando uma negligência com o próprio Sistema.

Essas evidências podem trazer à tona, também, o indício da relação entre a oferta do curso e a criação/aplicação de uma PI e de uma LD. Tendo em vista que a existência do curso de graduação em Biblioteconomia e de pós-graduação em CI implica na existência de olhares mais atentos às problemáticas da área, consequentemente na existência de pesquisas e propostas de soluções.

Tem-se, como exemplo, o RI-UFC. Diante das pesquisas realizadas, teóricas e/ou práticas, foram percebidas no RI-UFC incoerências que já são previamente constatadas na literatura quando não há o uso de uma Linguagem Documentária para a indexação e recuperação dos documentos, como ambiguidades e ruídos. Tais incoerências também puderam ser constatadas em outras pesquisas, por exemplo, em Cavati Sobrinho, Silva e Mendes (2023), quando os autores constatarem inconsistências terminológicas na coleta dos termos, como silêncios, ambiguidades e até mesmo nomes de conceitos incompletos.

Destaca-se, também, a elaboração de uma LD para um trabalho monográfico de conclusão de curso como exemplo de que é um trabalho realizável e aplicável aos Repositórios Institucionais das UFs. Na pesquisa de um subdomínio foram encontradas inconsistências que puderam ser sanadas com as relações feitas com o tesauro. Se aplicada nos vários domínios e subdomínios da infinidade de assuntos disponíveis nos RIs das UFs o resultado seria muito mais notório e impactante. O que corrobora com a afirmação de Fujita *et al.* (2016, p. 16)

Desse modo, além da função de negociação das decisões sobre a indexação, do registro das decisões bem como das circunstâncias envolvidas, a principal função da política de indexação é, fundamentalmente, orientar e sistematizar o trabalho do indexador para o aprimoramento da indexação e, por conseguinte, da recuperação da informação (Fujita *et al.*, 2016, p. 16).

Ressaltamos e indicamos, assim, a importância da elaboração de Políticas de Indexação personalizadas para as Universidades Federais de Ensino Superior, bem como de uma Linguagem Documentária própria que atenda às demandas da sua comunidade e também consiga abranger seus regionalismos, tendo em vista que a otimização da representação dos conteúdos das suas publicações otimizará, consequentemente, o fluxo da comunicação científica e o seu desenvolvimento, solucionando, assim, uma das preocupações da Ciência da Informação, que é a representação da informação científica de forma produtiva. No caso da UFC, sugere-se a inclusão do Repositório Institucional na Política de Indexação e no processo de indexação do Sistema de Bibliotecas.

Reforça-se, também, a importância das UFs que já possuem, no mínimo, o curso de graduação em Biblioteconomia elaborarem Políticas de Indexação para seus Sistemas de Bibliotecas que incluam seus Repositórios Institucionais e, especialmente, Linguagens Documentárias que sejam aplicadas, também, aos RIs, a fim de dar suporte aos pesquisadores durante o autoarquivamento. Além da LD apresentada como exemplo, que foi elaborada em pesquisa de graduação, há também publicações de referência como o livro “Política de indexação para bibliotecas” (2016), organizado por Mariângela Spotti Lopes Fujita, no qual a autora, além de abordar a elaboração de uma PI, aponta que

Tais investigações e publicações demonstram e reforçam a necessidade de mais pesquisas em torno do tema de Política de Indexação que além de apresentar escassez de literatura é prioritária para o desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de recuperação da informação de unidades de informação tais como bibliotecas e arquivos que ainda não descobriram o potencial de se planejar, elaborar e aplicar as orientações de uma política de indexação (Fujita *et al.*, 2016, p. 16).

Desse modo, enfatiza-se a importância da atuação dos cursos de graduação e de pós-graduação em Biblioteconomia e em CI, de modo a reforçar as pesquisas na área, afim de otimizar a visualização e a criação de propostas de solução e/ou de aprimoramento para tais problemáticas, bem como aumentar, também, o próprio desenvolvimento teórico da área. Com a existência dos cursos de graduação em Biblioteconomia e de Pós em CI, espera-se que haja um reforço teórico e prático na elaboração, na implementação e no uso de Políticas de Indexação e de Linguagens Documentárias nos Sistemas de Bibliotecas e Repositórios Institucionais das UFs, tendo em vista que é nos cursos que são desenvolvidas as pesquisas científicas que revelam as problemáticas existentes nas Unidades de Informação e na circulação da Ciência e também as propostas de soluções para essas problemáticas.

Recomenda-se, também, a criação de um pacto federativo de criação e elaboração de pesquisas no campo da Organização e Representação do Conhecimento (ORC) e espera-se

que o conhecimento dessa problemática leve às Instituições à reflexão sobre a mesma e à consolidação do conhecimento produzido no campo da ORC, que não vem sendo aplicado em seus sistemas e que, a partir da aplicação, possa melhorar todo o processo de indexação e de recuperação dos documentos, otimizando a precisão e a revocação. Diante disso, que as Universidades possam analisar e considerar a implementação de propostas feitas pelos seus próprios estudantes/pesquisadores a fim de otimizar o funcionamento dos serviços oferecidos e de possibilitar a aplicação prática do que foi elaborado/proposto cientificamente.

REFERÊNCIAS

APOCALYPSE, Simão M.; PADUA, Mariana C.; JORENTE, Maria J. V. Design da informação nos repositórios institucionais das universidades estaduais de São Paulo: um estudo de aplicabilidade. **Revista Informação@Informação.**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 377 – 406, abr./jun. 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ARANALDE, Michel Maya. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 337-368, jul./dez. 2005.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BRAZ, Márcia Ivo. Políticas de tratamento da informação para bibliotecas universitárias: um estudo para o Centro de Estudos de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pernambuco. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-18, jan./dez., 2023.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, California, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Tradução Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5389052/mod_resource/content/1/O_que_%C3%A9_a_documenta%C3%A7%C3%A3o_Parapublicar.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, 1985.

CAVATI SOBRINHO, Heliomar; SILVA, Lidya Nágylla de Almeida; MENDES, Gabriel Dantas de Lima. Representação da informação no domínio econômico: uma proposta de tesouro a partir do levantamento de produção científica da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará. In: PINTO, Virgínia Bentes; SALES, Odete Mayra Mesquita (org.). **Representação da Informação e tecnologias digitais em tempos de desinformação**. Brasília, DF: Ibict, 2023.

CAVATI SOBRINHO, Heliomar; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **A representação documentária do domínio da economia**: análise de estruturas de representação em linguagens documentárias e documentos específicos de economia. 2014. 148 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

CAVATI SOBRINHO, Heliomar; SILVA, Luciana Maria Fernandes; PORTO, Bernadete de Souza. Comunicação dialógica e Ciência da Informação: modelo para a Organização e

Representação do Conhecimento. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natalia Bolfarini (org.). **Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas**. Belém: Ed. da UFPA, 2019. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2019/09/LIVRO-ISKO-BRASIL-EDI%C3%87%C3%83O-BEL%C3%89M.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

CINTRA, A. M. M.; TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 1994.

CINTRA, A. M. M.; TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev e ampl. São Paulo: Polis, 2002.

EMMANUEL (Espírito). **Fonte viva**. Psicografado por Francisco Cândido Xavier. 1. Ed. Brasília: FEB, 2017.

FIALHO, Lia M. F.; NASCIMENTO, Karla A. S.; COSTA, Maria A. A. Rede Ibero-Americana de Editores Científicos de Educação (RIECE): internacionalização, indexação e aderência à ciência aberta. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 53, n. 3, 2024, p. 210-216. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/issue/view/357/108>. Acesso em: 30 nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **Linguagem documentária em Odontologia**: uma aplicação do sistema de indexação PRECIS. 1992. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 3 v.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do ENANCIB no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-32, 2008.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016a.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A Linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2-17, jan./jun. 2016b.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes, SANTOS, Luciana B. P. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Revista TransInformação**. Campinas, v. 28, p. 59-76, jan./abr. 2016c.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A Linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral. **Revista Informação e Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 190-225, jan./abr. 2019.

GALVINO, Cláudio C. T.; PEREIRA Giulianne M. Políticas de indexação nos repositórios institucionais do nordeste brasileiro. **Revista Páginas a&b**, Porto, s. 3, p. 243-246, 2021. Número especial, ConfOA.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Rainer Finelli; LIMA, Gercina Ângela. Importância da política de indexação para as unidades de informação: uma revisão sistemática da literatura. **Revista em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 210-236, jan/mar. 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.19132/1808-5245271.210-236E-ISSN 1808-5245>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília, DF: IBICT, 2009.

LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. **Capital social e capital científico na produção científica sobre linguagens documentárias e sistemas de organização do conhecimento no campo da Knowledge Organization (KO) nos idiomas espanhol, francês e português**. 2014. 165 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MARTINS, Kátia Luciane Macêdo. **A representação da informação no domínio da matemática: análise em linguagens documentárias**. Orientadora: Marise Teles Condurú. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MELO, J. P. L.; ROCHA, A. S.; VIEIRA, L. M.; CORDEIRO, D. F. Uma análise do programa saúde sem fake news através de uma abordagem baseada em análise de dados. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 2, p. 3-19, 2021. DOI 10.46902/2021n2p3-19. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/164538>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MORAIS, Natanna Santana de. **A análise de domínio na construção de linguagens documentárias**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Fortaleza, 2018.

OLIVEIRA, Laís Pereira de. A percepção do bibliotecário universitário sobre a ética no tratamento temático da informação. **Revista Páginas a&b**, Porto, v. 3, n. 19 p. 160-184, 2023.

OLIVEIRA, Thamires N.; SANTOS, Raimunda F. dos. Indexação e recuperação em Repositórios Institucionais brasileiros: recomendações de melhorias para a difusão do conhecimento científico. **Biblos**: revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 38, n. 01, p. 139-160, jan./jun. 2024. ISSN 2236-7594. DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v37i2.16472>.

OLIVEIRA, Thamires N.; SANTOS, Raimunda F. dos. Políticas e diretrizes de indexação em Repositórios Institucionais das Universidades Federais Brasileiras. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea. Rev. Inf. na Soc. Contemp.**, Natal, v. 6, p. 1-25, 2022.

SÁ, Alzira Tude. Uma abordagem matemática da informação: a teoria de Shannon e Weaver - possíveis leituras. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 48-70, set. 2018/fev. 2019.

SILVA, Lidya Nágylla de Almeida. **Proposta de uma Linguagem Documentária para a área de subdomínio "Saúde da Mulher" do Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará**. 2019. 73 f. Monografia (Graduação) - Curso de Graduação em Biblioteconomia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVA, Rafaela C. da; BRITO, Jean F. Proposta de manual de indexação para bibliotecas universitárias. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 92-113, jan./jun. 2018. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/infoprof/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

TEMATRES. **TemaTres**: servidor de vocabulários controlados. 2018. Disponível em: <http://r020.com.ar/tematres/manual/>. Acesso em: 20 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Sistema de Bibliotecas. **Política para indexação de acervo do SISTEBIB/UFAM**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Divisão de Processamento da Informação, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ufam.edu.br/images/doc/politica_indexacao_revistaRM.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Repositório Institucional. **Comunidades do Repositório**. Fortaleza: UFC, [2019]. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **A Universidade - Início**. Fortaleza: UFC, [2021]. Disponível em: <http://www.ufc.br/a-universidade>. Acesso em: 20 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2015/06/politica-indexacao-bu-ufc-09-04-2016.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Repositório Institucional da UFC disponibiliza acervo digital com mais de 7.200 documentos**. Fortaleza: UFC, 2014.

Disponível em: <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2014/5231-repositorio-institucional-daufc-disponibiliza-acervo-digital-com-mais-de-7-200-documentos>. Acesso em: 20 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Unidades acadêmicas**. Fortaleza: UFC, [2019]. Disponível em: <http://www.ufc.br/a-universidade/unidades-academicas>. Acesso em: 19 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Biblioteca e Informação. **Política de indexação do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sistema de Biblioteca e Informação, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1L-F5XzW2iWXs1PyuMt1tajwKwc3UaqjM/view>. Acesso em: 13 set. 2024.

APÊNDICE A – LISTA DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL

Nº	Universidade Federal
Região Centro-Oeste	
1	Universidade de Brasília
2	Universidade Federal da Grande Dourados
3	Universidade Federal de Goiás
4	Universidade Federal de Catalão
5	Universidade Federal de Jataí
6	Universidade Federal de Mato Grosso
7	Universidade Federal de Rondonópolis
8	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Região Nordeste	
9	Universidade Federal de Alagoas
10	Universidade Federal da Bahia
11	Universidade Federal do Sul da Bahia
12	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
13	Universidade Federal do Oeste da Bahia
14	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira
15	Universidade Federal do Cariri
16	Universidade Federal do Ceará
17	Universidade Federal do Maranhão
18	Universidade Federal da Paraíba
19	Universidade Federal de Campina Grande
20	Universidade Federal de Pernambuco
21	Universidade Federal do Vale do São Francisco
22	Universidade Federal Rural de Pernambuco
23	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
24	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
25	Universidade Federal do Piauí
26	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
27	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
28	Universidade Federal de Sergipe
Região Norte	
29	Universidade Federal do Acre
30	Universidade Federal do Amapá
31	Universidade Federal do Amazonas
32	Universidade Federal do Oeste do Pará
33	Universidade Federal do Pará
34	Universidade Federal Rural da Amazônia
35	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
36	Universidade Federal de Rondônia

37	Universidade Federal de Roraima
38	Universidade Federal do Tocantins
39	Universidade Federal do Norte do Tocantins
Região Sudeste	
40	Universidade Federal do Espírito Santo
41	Universidade Federal de Alfenas
42	Universidade Federal de Itajubá
43	Universidade Federal de Juiz de Fora
44	Universidade Federal de Lavras
45	Universidade Federal de Minas Gerais
46	Universidade Federal de Ouro Preto
47	Universidade Federal de São João del-Rei
48	Universidade Federal de Uberlândia
49	Universidade Federal de Viçosa
50	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
51	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
52	Universidade Federal de São Carlos
53	Universidade Federal de São Paulo
54	Universidade Federal do ABC
55	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
56	Universidade Federal do Rio de Janeiro
57	Universidade Federal Fluminense
58	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Região Sul	
59	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
60	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
61	Universidade Federal do Paraná
62	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
63	Universidade Federal de Pelotas
64	Universidade Federal de Santa Maria
65	Universidade Federal do Pampa
66	Universidade Federal do Rio Grande
67	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
68	Universidade Federal da Fronteira Sul
69	Universidade Federal de Santa Catarina

**APÊNDICE B – UFs QUE POSSUEM POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E/OU
REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS**

Nº	Universidade Federal	Possui PI?	A PI contempla o RI?	Acesso à PI	Utiliza LD?	A LD contempla o RI?	Link
Região Centro-Oeste							
1	Universidade de Brasília	0	0	0	1	1	
2	Universidade Federal da Grande Dourados	0	0	0	0	0	
3	Universidade Federal de Goiás	1	0	1	1	0	https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/Manual_Politica_SIBi_UFG.pdf
4	Universidade Federal de Catalão	0	0	0	0	0	
5	Universidade Federal de Jataí	0	0	0	0	0	
6	Universidade Federal de Mato Grosso	0	0	0	0	0	
7	Universidade Federal de Rondonópolis	0	0	0	0	0	
8	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0	
Região Nordeste							
9	Universidade Federal de Alagoas	0	0	0	0	0	
10	Universidade Federal da Bahia	0	0	0	0	0	
11	Universidade Federal do Sul da Bahia	0	0	0	0	0	
12	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	0	0	0	0	0	
13	Universidade Federal do Oeste da Bahia	0	0	0	0	0	
14	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	0	0	0	0	0	
15	Universidade Federal do Cariri	0	0	0	0	0	
16	Universidade Federal do Ceará	1	0	1	0	0	https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2015/06/politica-indexacao-bu-ufc-09-04-2016.pdf
17	Universidade Federal do Maranhão	0	0	0	0	0	
18	Universidade Federal da Paraíba	0	0	0	0	0	
19	Universidade Federal de Campina Grande	0	0	0	0	0	
20	Universidade Federal de Pernambuco	0	0	0	0	0	

21	Universidade Federal do Vale do São Francisco	0	0	0	0	0	
22	Universidade Federal Rural de Pernambuco	0	0	0	0	0	
23	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	0	0	0	0	0	
24	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	0	0	0	0	0	
25	Universidade Federal do Piauí	0	0	0	0	0	
26	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	0	0	0	0	0	
27	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	0	0	0	0	0	
28	Universidade Federal de Sergipe	0	0	0	0	0	
Região Norte							
29	Universidade Federal do Acre	0	0	0	0	0	
30	Universidade Federal do Amapá	0	0	0	0	0	
31	Universidade Federal do Amazonas	1	0	1	1	0	https://biblioteca.ufam.br/images/doc/politica_indexacao_revistaRM.pdf
32	Universidade Federal do Oeste do Pará	0	0	0	0	0	
33	Universidade Federal do Pará	0	0	0	0	0	
34	Universidade Federal Rural da Amazônia	1	1	1	0	0	http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/POLITICA%20INDEXACAO%20NORTE%20RBRD%202023%20APRESENTACAO.pdf
35	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	0	0	0	0	0	
36	Universidade Federal de Rondônia	0	0	0	0	0	
37	Universidade Federal de Roraima	0	0	0	0	0	
38	Universidade Federal do Tocantins	0	0	0	0	0	
39	Universidade Federal do Norte do Tocantins	0	0	0	0	0	
Região Sudeste							
40	Universidade Federal do Espírito Santo	0	0	0	0	0	
41	Universidade Federal de Alfenas	0	0	0	0	0	
42	Universidade Federal de Itajubá	0	0	0	0	0	
43	Universidade Federal de Juiz de Fora	0	0	0	0	0	
44	Universidade Federal de Lavras	0	0	0	0	0	

45	Universidade Federal de Minas Gerais	0	0	0	0	0	
46	Universidade Federal de Ouro Preto	0	0	0	0	0	
47	Universidade Federal de São João del-Rei	0	0	0	0	0	
48	Universidade Federal de Uberlândia	0	0	0	0	0	
49	Universidade Federal de Viçosa	0	0	0	0	0	
50	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	0	0	0	0	0	
51	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	0	0	0	0	0	
52	Universidade Federal de São Carlos	1	1	1	0	0	https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/manual_indexacao_2021.pdf/view
53	Universidade Federal de São Paulo	0	0	0	0	0	
54	Universidade Federal do ABC	0	0	0	0	0	
55	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	
56	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1	1	1	1	1	Política de Indexação do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ.pdf
57	Universidade Federal Fluminense	0	0	0	0	0	
58	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	0	0	0	0	0	
Região Sul							
59	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	0	0	0	1	1	
60	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	0	0	0	0	0	
61	Universidade Federal do Paraná	1	0	1	0	0	https://bibliotecas.ufpr.br/wp-content/uploads/2022/04/Políticas-de-Representacao-Tematica-SiBi.pdf

62	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	0	0	0	0	0	
63	Universidade Federal de Pelotas	0	0	0	0	0	
64	Universidade Federal de Santa Maria	0	0	0	0	0	
65	Universidade Federal do Pampa	0	0	0	0	0	
66	Universidade Federal do Rio Grande	1	0	1	0	0	
67	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	0	0	0	0	0	
68	Universidade Federal da Fronteira Sul	0	0	0	0	0	
69	Universidade Federal de Santa Catarina	1	0	1	0	0	https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251586
	Total	9	3	9	5	3	

**APÊNDICE C – UFs QUE POSSUEM O CURSO DE GRADUAÇÃO EM
BIBLIOTECONOMIA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Nº	Universidade Federal	Graduação em Biblioteconomia	Pós-Graduação em Ciência da Informação		
			Especialização	Mestrado	Doutorado
Região Centro-Oeste					
1	Universidade de Brasília	1	0	1	1
2	Universidade Federal da Grande Dourados	0	0	0	0
3	Universidade Federal de Goiás	1	0	0	0
4	Universidade Federal de Catalão	0	0	0	0
5	Universidade Federal de Jataí	0	0	0	0
6	Universidade Federal de Mato Grosso	1	0	0	0
7	Universidade Federal de Rondonópolis	1	0	0	0
8	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	0	0	0	0
Região Nordeste					
9	Universidade Federal de Alagoas	1	0	1	0
10	Universidade Federal da Bahia	1	0	1	1
11	Universidade Federal do Sul da Bahia	0	0	0	0
12	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	0	0	0	0
13	Universidade Federal do Oeste da Bahia	0	0	0	0
14	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	0	0	0	0
15	Universidade Federal do Cariri	1	0	1	0
16	Universidade Federal do Ceará	1	0	1	0
17	Universidade Federal do Maranhão	1	0	0	0
18	Universidade Federal da Paraíba	1	0	1	1
19	Universidade Federal de Campina Grande	0	0	0	0
20	Universidade Federal de Pernambuco	1	0	1	1
21	Universidade Federal do Vale do São Francisco	0	0	0	0
22	Universidade Federal Rural de Pernambuco	0	0	0	0
23	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	0	0	0	0
24	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	0	0	0	0
25	Universidade Federal do Piauí	0	0	0	0
26	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	1	0
27	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	0	0	0	0
28	Universidade Federal de Sergipe	1	0	0	0
Região Norte					
29	Universidade Federal do Acre	0	0	0	0
30	Universidade Federal do Amapá	0	0	0	0
31	Universidade Federal do Amazonas	1	0	0	0
32	Universidade Federal do Oeste do Pará	0	0	0	0
33	Universidade Federal do Pará	1	0	1	1

34	Universidade Federal Rural da Amazônia	0	0	0	0
35	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	0	0	0	0
36	Universidade Federal de Rondônia	1	0	0	0
37	Universidade Federal de Roraima	0	0	0	0
38	Universidade Federal de Tocantins	0	site com erro	site com erro	site com erro
39	Universidade Federal do Norte do Tocantins	0	0	0	0
Região Sudeste					
40	Universidade Federal do Espírito Santo	1	0	1	0
41	Universidade Federal de Alfenas	0	0	0	0
42	Universidade Federal de Itajubá	0	0	0	0
43	Universidade Federal de Juiz de Fora	0	0	0	0
44	Universidade Federal de Lavras	0	0	0	0
45	Universidade Federal de Minas Gerais	1	0	1	1
46	Universidade Federal de Ouro Preto	0	0	0	0
47	Universidade Federal de São João del-Rei	0	0	0	0
48	Universidade Federal de Uberlândia	0	0	0	0
49	Universidade Federal de Viçosa	0	0	0	0
50	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	0	0	0	0
51	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	0	0	0	0
52	Universidade Federal de São Carlos	1	0	1	0
53	Universidade Federal de São Paulo	0	0	0	0
54	Universidade Federal do ABC	0	0	0	0
55	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	1	0	1	0
56	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1	0	1	1
57	Universidade Federal Fluminense	1	0	1	1
58	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	0	0	0	0
Região Sul					
59	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	0	0	0	0
60	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	0	0	0	0
61	Universidade Federal do Paraná	0	0	0	0
62	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	0	0	0	0
63	Universidade Federal de Pelotas	0	0	0	0
64	Universidade Federal de Santa Maria	0	0	0	0
65	Universidade Federal do Pampa	0	0	0	0
66	Universidade Federal do Rio Grande	1	0	0	0
67	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	0	1	0
68	Universidade Federal da Fronteira Sul	0	0	0	0
69	Universidade Federal de Santa Catarina	1	0	1	1
	Total	25	0	17	9

APÊNDICE D – APRESENTAÇÃO DO TESAURO NO TEMATRES

Título: Minitesauro de Saúde da Mulher

Autora: Lidya Almeida

URL: <http://localhost/tematres/vocab/>

Criado por: TemaTres 3.1

Referências:

TT: Termos superiores

TG: Termo geral

TE: Termo específico

UP: Usado para

USE: USE

TR: Termo relacionado

A**Aborto Habitual**

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Saúde Reprodutiva

Acesso aos Serviços de Saúde

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Serviços de Saúde

TE: Gênero e Saúde

Acidente Vascular Cerebral

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Fatores de Risco

Acolhimento

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Serviços de Saúde

Alcoolismo

TR: Saúde Mental

Aleitamento Materno

TR: Relações Mãe-filho

TR: Saúde da Criança

Anticoncepcionais Orais Combinados

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Autocuidado

Apoio Social

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Serviços de Saúde

Assistência à Saúde

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Serviços de Saúde

TE: Humanização da Assistência

Atenção Primária à Saúde

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Serviços de Saúde

TE: Prevenção Primária

Autocuidado

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Promoção da Saúde

TE: Anticoncepcionais Orais Combinados

Avaliação da Deficiência

TR: Diagnóstico de Enfermagem

C

Cicatrização

TT: Políticas Públicas de Saúde

UP: Cicatrização de Feridas

TG: Diabetes Mellitus

Cicatrização de Feridas

USE: Cicatrização

Climatério

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Saúde da Mulher

TR: Saúde Sexual

Colo do Útero

TR: Neoplasias do Colo Do Útero

TR: Teste de Papanicolaou

Conhecimentos, Atitudes e Prática em Saúde

TR: Pessoal de Saúde

Cuidados de Enfermagem

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Enfermagem

D**Delitos Sexuais**

UP: Violência Sexual

TR: Violência Contra a Mulher

Depressão Pós-parto

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Saúde Mental

Diabetes Mellitus

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Fatores de Risco

TE: Cicatrização

Diagnóstico de Enfermagem

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Enfermagem

TR: Avaliação da Deficiência

Disfunções Sexuais Psicogênicas

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Saúde Sexual

TR: Saúde Mental

TR: Sexualidade

Doenças Sexualmente Transmissíveis

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Saúde Sexual

TE: Doenças Virais Sexualmente Transmissíveis

Doenças Virais Sexualmente Transmissíveis

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Doenças Sexualmente Transmissíveis

TE: Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

E**Educação em Saúde**

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Promoção da Saúde

Enfermagem

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Serviços de Saúde

TE: Cuidados de Enfermagem

TE: Diagnóstico de Enfermagem

TE: Enfermagem Oncológica

TE: Estudantes de Enfermagem

Enfermagem Oncológica

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Enfermagem

Epidemiologia

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Saúde Pública

Esfregaço Vaginal

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Teste de Papanicolaou

Estudantes de Enfermagem

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Enfermagem

F**Fatores de Risco**

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Idoso

TE: Acidente Vascular Cerebral

TE: Diabetes Mellitus

TE: Infarto do Miocárdio

G**Gênero e Saúde**

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Acesso aos Serviços de Saúde

TE: Identidade de Gênero

H**Humanização da Assistência**

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Assistência à Saúde

I**Identidade de Gênero**

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Gênero e Saúde

Idoso

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Saúde da Família

TE: Fatores de Risco

TR: Incontinência Urinária

Incontinência Urinária

TR: Idoso

Infarto do Miocárdio

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Fatores de Risco

Infecções por Papillomavirus

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Neoplasias

M**Mastectomia**

TR: Neoplasias da Mama

Mortalidade Materna

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Obstetrícia

N**Neoplasias**

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Saúde da Mulher

TE: Infecções por Papillomavirus

TE: Neoplasias da Mama

TE: Neoplasias do Colo Do Útero

TE: Neoplasias dos Genitais Femininos

Neoplasias da Mama

TT: Políticas Públicas de Saúde

UP: Prevenção de Câncer de Mama

TG: Neoplasias

TR: Mastectomia

Neoplasias do Colo Do Útero

TT: Políticas Públicas de Saúde

UP: Prevenção de Câncer de Colo Uterino

TG: Neoplasias

TR: Colo do Útero

Neoplasias dos Genitais Femininos

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Neoplasias

O**Obstetrícia**

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Serviços de Saúde

TE: Mortalidade Materna

TE: Parto Normal

TE: Período Pós-parto

P

Parto Normal

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Obstetrícia

Período Pós-parto

TT: Políticas Públicas de Saúde

UP: Postpartum Period

TG: Obstetrícia

Pessoal de Saúde

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Trabalhadores

TR: Conhecimentos, Atitudes e Prática em Saúde

Políticas Públicas de Saúde

TE: Serviços de Saúde

TR: Violência Contra a Mulher

Postpartum Period

USE: Período Pós-parto

Prevenção de Câncer de Colo Uterino

USE: Neoplasias do Colo Do Útero

Prevenção de Câncer de Mama

USE: Neoplasias da Mama

Prevenção Primária

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Atenção Primária à Saúde

TE: Promoção da Saúde

Promoção da Saúde

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Prevenção Primária

TE: Autocuidado

TE: Educação em Saúde

TE: Qualidade de Vida

TE: Saúde da Criança

TE: Saúde da Família

TE: Saúde da Mulher

TE: Saúde Mental

TE: Saúde Pública

TE: Saúde Reprodutiva

TE: Saúde Sexual

Q**Qualidade de Vida**

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Promoção da Saúde

R**Relações Mãe-filho**

TR: Aleitamento Materno

TR: Saúde da Criança

S

Saúde da Criança

TT: Políticas Públicas de Saúde
 TG: Promoção da Saúde
 TR: Aleitamento Materno
 TR: Relações Mãe-filho

Saúde da Família

TT: Políticas Públicas de Saúde
 TG: Promoção da Saúde
 TE: Idoso

Saúde da Mulher

TT: Políticas Públicas de Saúde
 TG: Promoção da Saúde
 TE: Climatério
 TE: Neoplasias
 TE: Teste de Papanicolaou

Saúde Mental

TT: Políticas Públicas de Saúde
 TG: Promoção da Saúde
 TE: Depressão Pós-parto
 TR: Alcoolismo
 TR: Disfunções Sexuais Psicogênicas

Saúde Pública

TT: Políticas Públicas de Saúde
 TG: Promoção da Saúde
 TE: Epidemiologia

Saúde Reprodutiva

TT: Políticas Públicas de Saúde
 UP: Saúde Sexual e Reprodutiva
 TG: Promoção da Saúde
 TE: Aborto Habitual
 TR: Saúde Sexual

Saúde Sexual

TT: Políticas Públicas de Saúde
 TG: Promoção da Saúde
 TE: Disfunções Sexuais Psicogênicas
 TE: Doenças Sexualmente Transmissíveis
 TE: Sexualidade
 TR: Climatério
 TR: Saúde Reprodutiva

Saúde Sexual e Reprodutiva

USE: Saúde Reprodutiva

Serviços de Saúde

TT: Políticas Públicas de Saúde
 TG: Políticas Públicas de Saúde
 TE: Acesso aos Serviços de Saúde
 TE: Acolhimento
 TE: Apoio Social
 TE: Assistência à Saúde
 TE: Atenção Primária à Saúde
 TE: Enfermagem
 TE: Obstetrícia
 TE: Trabalhadores

Sexualidade

TT: Políticas Públicas de Saúde
 TG: Saúde Sexual
 TR: Disfunções Sexuais Psicogênicas

Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

USE: Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

TT: Políticas Públicas de Saúde
 UP: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
 TG: Doenças Virais Sexualmente Transmissíveis

T**Teste de Papanicolaou**

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Saúde da Mulher

TE: Esfregaço Vaginal

TR: Colo do Útero

Trabalhadores

TT: Políticas Públicas de Saúde

TG: Serviços de Saúde

TE: Pessoal de Saúde

V**Violência Contra a Mulher**

TR: Delitos Sexuais

TR: Políticas Públicas de Saúde

Violência Sexual

USE: Delitos Sexuais